

*** Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma***

1 Informações sobre a Companhia

A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia, Controladora ou Suzano) e suas controladas, têm como objeto a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em Salvador, Bahia. A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. que detém 88% das ações ordinárias do seu capital social.

A Companhia possui unidades fabris nos Estados da Bahia e de São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é feita através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

1.1 Principais eventos ocorridos nos exercícios de 2011 e 2010:

a) 5º Emissão de Debêntures (“5º Emissão”)

Em junho de 2011, foram subscritas pelo montante de R\$ 1.279.330 as debêntures da 5º Emissão, emitidas em 15 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.200.000 e composta por duas séries, ambas mandatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia. As debêntures da 5º Emissão não serão negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado (Nota 18).

b) Aquisição de 50% dos ativos líquidos do Consórcio Paulista de Papel e Celulose (“Conpacel”) e 100% das operações da KSR

Em 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 2011, a Companhia concluiu a transação de compra da participação detida pela Fibria Celulose S.A. (“Fibria”) nos ativos líquidos do Conpacel e adquiriu as operações de distribuição de papel da KSR, respectivamente, pelo montante de R\$ 1.509.031 assumindo o controle sobre esses negócios nessas datas (Nota 12).

c) Emissão de títulos no exterior (“Notes due 2021”)

Em 23 de setembro de 2010, a Companhia através de sua subsidiária integral Suzano Trading Ltd. (“Suzano Trading”) realizou oferta no exterior de “Notes due 2021” no montante total de US\$ 650.000 mil (Nota 17, item 6).

d) Criação da Suzano Energia Renovável Ltda (“SER”)

Em 29 de julho de 2010 a Companhia anunciou a criação da subsidiária integral SER que se dedicará à produção de pellets de madeira (biomassa) para energia. O investimento total previsto será de aproximadamente US\$ 800 milhões, com aplicação de recursos em 3 unidades de produção localizadas no nordeste brasileiro com capacidade de 1 milhão de toneladas cada e início de operação previsto para 2014

(informação não auditada). A SER contará com serviços de gestão florestal a serem prestados pela Companhia ou suas controladas.

e) Aquisição de controle da FuturaGene Plc. (“Futuragene”)

Em 13 de julho de 2010, a subsidiária da Companhia, Suzano Trading, obteve autorizações das autoridades competentes do Reino Unido para a aquisição do total das ações do capital social da FuturaGene, quando também ocorreu a transferência do controle da companhia. A operação foi liquidada em 19 de julho de 2010, pelo montante de £ 55.275 mil equivalente a US\$ 84.169 mil (Nota 12).

f) Aquisição das ações remanescentes dos antigos controladores da Ripasa S.A. Celulose e Papel (“Ripasa”)

Em 16 de abril de 2010, foi exercida pelos antigos controladores da Ripasa a opção de venda remanescente das 786.403 ações preferenciais classe “A”, sendo que a aquisição de tais ações e conseqüente liquidação financeira pela Companhia ocorreram no dia 10 de maio de 2010, no montante total de R\$ 42.560, dos quais R\$ 23.580 correspondem ao valor de mercado das ações registrado na rubrica de ações em tesouraria no patrimônio líquido e R\$ 18.980 registrado na rubrica de despesas financeiras (Nota 29).

g) Alienação de Terras e Florestas

Em 31 de março de 2010 a Companhia apurou um resultado positivo de R\$ 262.996 obtido com a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucalipto. A alienação ocorreu através da venda de quotas das sociedades de propósito específico Turmalina Silvicultura e Participações Ltda. e Vale do Jequitinhonha Silvicultura e Participações Ltda., as quais detinham os ativos. Adicionalmente, a Companhia registrou uma provisão para obrigações contratuais dessa operação no montante de R\$ 9.678 (Nota 28).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas

internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, devem ser pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado do exercício consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade Controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações contábeis em 23 de março de 2012.

2.2. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, mas espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue resumo das principais normas IFRS publicadas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, cujos impactos encontram-se em fase de avaliação pela Companhia, embora não espere impactos significativos em suas demonstrações contábeis:

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgação - A alteração da norma visa promover a transparência na divulgação das transações de transferência de ativos financeiros, melhorar o entendimento por parte do usuário sobre a exposição ao risco nessas transferências, e o efeito desses riscos no balanço patrimonial, particularmente aqueles envolvendo securitização de ativos financeiros.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.
- IFRS 11 Acordos em conjunto - O IFRS 11 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. De acordo com a norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme

os direitos e obrigações das partes dos acordos. As joint ventures devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

- IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades – O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação.
- IFRS 13 Mensuração do valor justo – A IFRS 13 estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS para aplicação após 31 de dezembro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes;
- IAS 12 – Impostos sobre a renda – Esclarece a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS40 – Propriedade para investimento, deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda;
- IAS 19 – Benefícios aos empregados – Engloba desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais – Como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado;
- IAS 28 – Contabilização de investimentos em associadas e joint ventures – Como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser IAS28 – Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimento em joint ventures, além do investimento em associadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

A data-base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da Controladora.

As taxas utilizadas na conversão das demonstrações contábeis das controladas no exterior, para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis, estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa final		Taxa média	
			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	1,8758	1,6662	1,6737	1,7608
CHF	Franco Suíço	Suíça	2,0002	1,7828	1,8907	1,6877
EUR	Euro	União Européia	2,4342	2,2280	2,3270	2,3363
GBP	Libra Esterlina	Reino Unido	2,9148	2,5876	2,6827	2,7210
ARS	Peso	Argentina	0,4358	0,4189	0,4033	0,4490

Conforme requerido pelo CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), abaixo estão demonstradas as principais informações contábeis da Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir"). A Asapir foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Fibria.

Balanços patrimoniais	31/12/2011	31/12/2010	Demonstração do resultado	31/12/2011	31/12/2010
Ativo					
Circulante	51.030	21.397	Lucro bruto	-	745
Não circulante	7.606	38.629	Receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.292	(5.084)
Realizável a longo prazo	7.606	30.432	Lucro (Prejuízo) operacional	8.292	(4.339)
Permanente	-	8.197	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.065)	1.040
	58.636	60.026	Prejuízo do exercício	(1.773)	(3.299)
Passivo					
Circulante	2.407	1.519			
Não circulante	15.325	15.830			
Patrimônio líquido	40.904	42.677			
	58.636	60.026			

3 Práticas Contábeis

3.1. Apuração do resultado

As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, excluindo os impostos e os descontos incidentes sobre as vendas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3.2. Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

- a) Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica). Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos no resultado da Controladora na proporção da participação do investimento.

- b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de

classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o “*hedge accounting*” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

3.3.1. Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

b) Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.3.2. Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3.3. Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

3.5. Contas a receber de clientes

Classificadas na categoria de instrumentos financeiros “empréstimos (concedidos) e recebíveis”, estão apresentadas a valores de realização, com atualização cambial quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

3.6. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que incluem a exaustão dos ativos biológicos, não excedendo o seu valor de realização. As provisões para perda de estoques (pela baixa rotatividade, obsolescência, etc) são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7. Ativos biológicos

São reflorestamentos de eucaliptos para fornecimento de madeira ao processo de produção de celulose e papel. Parte imaterial dessa madeira, e em condições específicas, são destinadas para venda a terceiros.

Os reflorestamentos são tratados como ativos biológicos dentro do escopo do CPC 29, e estão registrados e apresentados nas demonstrações contábeis por seu valor justo (*fair value*).

3.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Em 1º de Janeiro de 2009, data de transição para as IFRS, a Companhia e sua controlada Comercial e Agrícola Paineiras Ltda (“Paineiras”), fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 15 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de

avaliação patrimonial que determinou os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

O ativo imobilizado está líquido de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

3.9. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional, quando contratados, serão reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

3.10. Intangível

Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não estão sendo mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 16).

Os demais ativos intangíveis se referem a novas transações de aquisições de negócios e seus efeitos estão registrados conforme estabelecido no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

3.11. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas nos balanços patrimoniais para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

3.13. Passivos atuariais

Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, conforme previsto no CPC 33 – Benefícios a empregados. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de “Despesas Financeiras”.

3.14. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSLL”)

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IRPJ e a CSLL, compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

3.16. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de

despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.17. Pagamentos baseados em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos i) e ii) são inicialmente reconhecidas no resultado como despesas administrativas em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é remensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada “Reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.18. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A proposta de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aprovada pela Administração da Companhia é registrada como passivo na rubrica de “Dividendos e JCP a pagar”, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos complementares propostos” no patrimônio líquido.

3.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.20. Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base

no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme divulgação requerida pelo CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.21. Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 3 (R1) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. Já as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.22. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3.23. Reclassificações

A Companhia realizou algumas reclassificações nas demonstrações contábeis da Controladora e do consolidado apresentadas para fins de comparação, nas seguintes rubricas do balanço:

Depósitos Judiciais: Em atendimento ao CPC – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, os depósitos judiciais vinculados a provisões contingenciais registradas no passivo não circulante, nos montantes de R\$ 33.356 e R\$ 12.308 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, na Controladora e Consolidado, foram reclassificados da rubrica Provisões Contingenciais para Depósitos Judiciais.

Imobilizado em Operação: Foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, na Controladora, os montantes de R\$ 11.986 e R\$ 5.374 da rubrica Imobilizado em Operação para Imobilizado em Andamento, para adequada apresentação dos saldos.

Juros sobre passivo atuarial: Foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 os montantes de R\$ 21.289 e R\$ 15.764 da rubrica Outras Despesas Operacionais para Despesas Financeiras, respectivamente, para adequada apresentação segundo a natureza da despesa.

Outras provisões: Foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 o montante de R\$ 9.606 na controladora e R\$ 9.601 no consolidado da rubrica Outras Provisões p/ Contingências para Outras Provisões, respectivamente, para adequada apresentação segundo a natureza da despesa.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixas e bancos	24.377	114.785	188.370	345.486
Aplicações financeiras	3.065.392	3.369.383	3.085.568	3.389.952
	<u>3.089.769</u>	<u>3.484.168</u>	<u>3.273.938</u>	<u>3.735.438</u>

Em 31 de dezembro de 2011 estas aplicações eram remuneradas a taxas que variavam de 99,0% a 112,0% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (em 31 de dezembro de 2010 de 99,0% a 114,0%), exceto para uma parcela em Operações Compromissadas que, por serem aplicações com liquidez diária, tinham remuneração de 50% do CDI.

O caixa e equivalentes de caixa foram classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e, portanto, foram mensurados de acordo com o critério descrito na Nota 3.3.1 item "a".

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Clientes no País				
- Terceiros	549.638	486.956	559.854	490.939
- Outras partes relacionadas	4.470	1.640	4.470	1.640
Clientes no exterior				
- Terceiros	21.195	12.866	503.516	371.196
- Empresas controladas	847.231	699.633	-	-
Provisão para abatimentos	(7.942)	(7.129)	(58.357)	(47.717)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.880)	(20.401)	(26.425)	(24.001)
	1.389.712	1.173.565	983.058	792.057

A Companhia realiza transações de cessão de duplicatas com instituições financeiras, transferindo todos os riscos de crédito relacionados aos títulos a estas instituições. Quando da realização de transações desta natureza, os títulos são imediatamente baixados da posição do Contas a receber de clientes.

Para informações sobre os termos e condições envolvendo Contas a Receber com partes relacionadas, consulte a Nota 9.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes vencidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valores vencidos:				
- Até dois meses	11.178	2.733	20.156	6.810
- De dois meses a seis meses	2.477	6.066	2.915	6.635
- Mais de seis meses	35.797	26.395	38.669	30.299
	49.452	35.194	61.740	43.744

A seguir estão demonstradas as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(35.641)	(39.744)
Créditos provisionados	(28.518)	(28.652)
Créditos recuperados	16	753
Créditos baixados definitivamente da posição	43.742	43.742
Variação cambial	-	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(20.401)	(24.001)
Demais movimentações	(5.219)	(5.219)
Créditos provisionados	(4.333)	(5.093)
Créditos recuperados	874	1.600
Créditos baixados definitivamente da posição	4.199	6.518
Variação cambial	-	(230)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(24.880)	(26.425)

O Contas a receber de clientes foi classificado na categoria de ativos financeiros “empréstimos (concedidos) e recebíveis” e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota 3.3.1 item “b”.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados				
Celulose				
- País	16.376	19.027	16.376	19.027
- Exterior	-	-	81.187	54.877
Papel				
- País	141.885	127.444	141.885	127.444
- Exterior	-	-	53.344	61.737
Produtos em elaboração	17.298	22.560	17.298	22.560
Matérias-primas	209.649	184.123	209.818	184.307
Materiais de almoxarifado e outros	227.270	202.755	231.940	206.696
Provisão para perda nos estoques de almoxarifado e outros	(29.447)	(17.827)	(29.447)	(17.827)
	583.031	538.082	722.401	658.821

7 Imposto de renda e contribuição social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“DIPJ”) no ano de 2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contribuição Social a recuperar	23.205	1.914	23.293	1.954
Imposto de Renda a recuperar	61.875	21.296	62.949	22.145
	85.080	23.210	86.242	24.099

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda				
Créditos sobre prejuízos fiscais	425.952	299.879	426.637	301.722
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	131.364	119.805	131.414	137.742
- Créditos sobre amortizações de ágios	17.618	28.526	17.618	28.526
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	164.153	143.894	164.155	143.894
	739.087	592.104	739.824	611.884
Contribuição social				
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	45.461	-	45.496	708
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	47.039	42.877	47.057	49.335
- Créditos sobre amortizações de ágios	6.343	10.270	6.343	10.270
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	59.095	51.802	59.095	51.802
	157.938	104.949	157.991	112.115
Total ativo	897.025	697.053	897.815	723.999
Imposto de renda				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	578.979	581.208	578.979	581.208
Débitos sobre amortização de ágios	80.564	53.709	80.564	53.709
Custos de reflorestamento	640	2.021	640	2.021
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	1.414.352	1.328.902	1.503.472	1.433.384
	2.074.535	1.965.840	2.163.655	2.070.322
Contribuição social				
Débitos sobre amortização de ágios	29.003	19.335	29.003	19.335
Custos de reflorestamento	231	727	231	727
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	509.166	478.406	541.249	516.021
	538.400	498.468	570.483	536.083
Total passivo	2.612.935	2.464.308	2.734.138	2.606.405
Total líquido ativo não circulante	-	-	685	26.946
Total líquido passivo não circulante	1.715.910	1.767.255	1.837.008	1.909.352
	1.715.910	1.767.255	1.836.323	1.882.406

A Companhia registrou uma provisão para não recuperação do ágio sobre o saldo do Conpacel (antiga Ripasa) na data de transição para as IFRS. Desta forma, a Companhia constituiu IRPJ e CSLL diferidos passivos sobre os montantes amortizados fiscalmente de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2011.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Prejuízos fiscais	1.703.808	1.199.517	1.706.546	1.206.888
Base negativa da contribuição social	505.128	-	505.520	7.865

De acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

A Companhia, baseada neste estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	2011	
	Controladora	Consolidado
2012	47.542	47.542
2013	51.789	51.892
2014	58.176	58.176
2015	71.315	71.315
2016	98.035	98.035
2017	114.733	114.733
2018	126.535	127.222
2019	144.849	144.849
2020 em diante	184.051	184.051
	897.025	897.815

Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda na unidade de Mucuri - BA com vencimento no término do ano calendário de 2011 para celulose (Linha 1) e 2012 para o papel, calculado com base no lucro da exploração, proporcionalmente à receita líquida de vendas desta Unidade.

Benefício idêntico foi obtido pela Companhia para a Linha 2 desta unidade com prazo de fruição até o término do ano calendário de 2018.

A redução do imposto de renda, decorrente desse benefício, é contabilizada como uma redução da despesa de imposto de renda corrente no resultado do exercício. Todavia, ao final de cada exercício social, depois de apurado o lucro líquido, o valor da redução do imposto que foi auferido é alocado a uma reserva de capital, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

A unidade de Mucuri - BA encontra-se na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), em microrregião menos desenvolvida e possui a faculdade de proceder à depreciação acelerada incentivada para bens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2006.

A Companhia realizou o benefício da depreciação acelerada incentivada a qual consiste na depreciação integral no ano de aquisição dos bens, representando uma exclusão do lucro líquido para a determinação do lucro real tributável, feita através do Livro de Apuração do Lucro Real ("LALUR"), não alterando, no entanto, a despesa de depreciação a ser registrada no resultado do exercício, quando do início das atividades do projeto expansão, com base na vida útil estimada dos bens.

A depreciação acelerada incentivada representa diferimento do pagamento do imposto de renda (não alcança a CSLL) pelo tempo de vida útil do bem, devendo a depreciação contabilizada desses bens nos anos subsequentes ser adicionada ao lucro tributável.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(112.356)	891.454	(98.305)	899.067
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	45.763	(137.050)	-	-
(Prejuízo) Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(66.593)	754.404	(98.305)	899.067
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	22.642	(256.497)	33.424	(305.683)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Tributação do lucro de controladas no exterior	-	(290)	-	-
Ganho na aquisição Conpacel/KSR	57.694	-	57.694	-
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	-	-	(25.029)	42.462
Efeito fiscal sobre os ajustes da Lei 11.941/09 e IFRS	23.952	(1.361)	30.511	-
Juros sobre capital próprio	32.640	70.576	32.640	70.576
Incentivos fiscais - redução SUDENE	-	30.067	-	30.067
Incentivos fiscais - Inovação Tecnológica	7.247	4.722	7.247	4.722
Efeito SUDENE sobre o cálculo da diferença temporária	-	34.595	-	34.595
Outros	(1.928)	(4.269)	(8.291)	(6.809)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	1.320	(120.162)	(7.893)	(126.904)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	140.927	(2.295)	136.089	(3.166)
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	142.247	(122.457)	128.196	(130.070)
<i>Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSL</i>	-	16,2%	-	14,5%

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia teve prejuízo fiscal não apurando alíquota efetiva de despesa de IRPJ e CSLL.

8 Demais Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PIS e COFINS a recuperar	142.796	118.924	142.796	118.924
ICMS a recuperar	135.504	123.451	145.039	123.547
Provisão para perdas de créditos de ICMS	(9.395)	(8.032)	(9.395)	(8.032)
Outros impostos e contribuições	15.643	8.943	15.795	9.320
	284.548	243.286	294.235	243.759
Parcela circulante	169.120	147.224	178.759	147.649
Parcela não circulante	115.428	96.062	115.476	96.110

PIS e COFINS

O montante de PIS e COFINS refere-se substancialmente a créditos sobre serviços e aquisição de ativo imobilizado do projeto de expansão da unidade de Mucuri - BA, cujo creditamento é baseado no prazo de depreciação desses ativos.

Em 2 de agosto de 2011, através da Medida Provisória nr. 540/2011, os créditos gerados pela aquisição de máquinas e equipamentos novos no mercado interno ou importados sofreram alteração na sistemática de sua utilização. Os créditos gerados na aquisição desses ativos serão compensados em 11 parcelas mensais e sucessivas, sendo gradativamente reduzido o número de parcelas para compensação até julho/2012 quando o crédito estará disponível para compensação no próprio mês da aquisição. Os saldos existentes na entrada em vigor desta medida serão compensados conforme estabelecido pela legislação anterior.

A Companhia realizará tais créditos, com débitos advindos das atividades comerciais e através da compensação com outros impostos federais.

ICMS

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 78.294 da unidade de Mucuri - BA (em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 66.932), deve-se basicamente pelo não aproveitamento de créditos nas saídas de exportação de celulose e de papel, isentas de tributação. Para a realização desses créditos a Companhia solicitou processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, sendo que já se encontram homologados por este órgão o montante de R\$ 37.901. Os montantes homologados podem ser utilizados para compensações autorizadas pelo Regulamento do ICMS da Bahia ou negociados em mercado ativo, para o qual o deságio médio esperado é de aproximadamente 12% sobre o valor do crédito. A Companhia constituiu provisão para perda parcial desses créditos no montante de R\$ 9.395 (em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 8.032).

9 Partes relacionadas

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Ativo		Passivo		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante	Receitas (despesas)	
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	844.652	(2) -	54.773	(1) 1.237.493	(1) 2.147.085	(2)
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	-	-	16	-	-	
Paineiras	12	-	5.953	-	(31.250)	(6)
Stentor S/A Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	3.886	(2) -	22	-	31.770	(2)
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	926	-	-	(12.387)	
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	1.650	-	-	(7.422)	
Asapir	-	-	17.330	-	-	
SER	46	25.364	-	-	-	
Futuragene Brasil Tecnologia Ltda	3.784	-	-	-	2.567	
	852.380	27.940	78.094	1.237.493	2.130.363	
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	(21.064)	
Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	3.756	-	4.047	(5) -	29.024	(2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	714	-	13.632	(5) -	54.963	(2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	(481)	
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	(571)	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	(3.772)	(3)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	(277)	
Acionistas	-	-	83.869	(4) -	-	
CONSOLIDADO	4.470	-	101.548	-	57.822	
CONTROLADORA	856.850	27.940	179.642	1.237.493	2.188.185	

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	Ativo		Passivo		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas)	
Com empresas consolidadas						
Suzano Trading	693.705	(2) 811	116.075	(1) 1.120.044	(1) 1.686.118	(2)
Suzano America, Inc.	17	-	-	-	-	
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	137	-	3.487	-	-	
Paineiras	-	-	6.036	-	(26.378)	(6)
Stentor S/A Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	7.726	(2) -	61	-	27.709	(2)
Asapir	-	-	9.752	-	(11.419)	
	701.585	811	135.411	1.120.044	1.676.030	
Com empresas não consolidadas						
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	(19.265)	
Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	297	-	13.501	(5) -	29.832	(2)
Central Distribuidora de Papéis Ltda	101	-	13.991	(5) -	62.641	(2)
Nova Mercante de Papéis Ltda	1.242	-	-	-	1.046	(2)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	(474)	
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	(968)	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	(4.029)	(3)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	(268)	
Acionistas	-	-	129.020	(4) -	-	
CONSOLIDADO	1.640	-	156.512	-	68.515	
CONTROLADORA	703.225	811	291.923	1.120.044	1.744.545	

- (1) - Refere-se, principalmente, a "Notes due 2021" e financiamento de importação captados pela controlada Suzano Trading e repassados a Companhia em operações de pré-pagamento de exportação;
- (2) - Refere-se a operações comerciais de venda de papel e celulose;
- (3) - Despesas com plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os colaboradores da Companhia;
- (4) - Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio;
- (5) - Refere-se a operações de *vendedor* que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 17).
- (6) - Refere-se a operações de venda de energia elétrica e arrendamento de terras.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Remuneração de administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizaram R\$ 45.933 na Controladora e R\$ 46.162 no consolidado (R\$ 41.685 e R\$ 41.950, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). As informações sobre a parcela da remuneração baseada em ações encontram-se na Nota 22.

10 Créditos a receber de precatório por ação indenizatória

Em 01 de Julho de 1987, a Companhia Santista de Papel, uma das empresas do antigo grupo Ripasa (transformada em Conpacel), ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando a obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar). Em 02 de dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para a Companhia que, inclusive, efetuou a baixa contábil do ativo.

Em 28 de janeiro de 2008, a 2ª. Vara de Cubatão expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça para requerer a adoção das providências necessárias à requisição da importância em favor da Companhia, através da emissão de precatório a ser liquidado em 10 (dez) parcelas anuais, iguais e sucessivas (2010 a 2019), parcelas estas devidamente atualizadas pelos índices fixados na respectiva decisão judicial. Em 20 de abril de 2010, a Companhia efetuou o levantamento da primeira parcela que estava depositada judicialmente, sendo que o pagamento das demais parcelas continua a ser demandado nos autos da respectiva Ação Indenizatória.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desse recebível é de R\$ 56.721 registrado no ativo não circulante (R\$ 56.512 em 31 de dezembro de 2010).

11 Programa de fomento

A Companhia realizou adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados em montante total de R\$ 294.936, classificados no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 264.391 em 31 de dezembro de 2010).

O programa de fomento é um sistema onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para fornecimento de produto agrícola (madeira) à Companhia, não estando estes adiantamentos sujeitos a avaliação pelo valor justo.

12 Aquisição de Investimento e Ativos Líquidos

Aquisição de Investimento - FuturaGene

Em 13 de julho de 2010, a Companhia através de sua subsidiária Suzano Trading, obteve autorizações das autoridades competentes do Reino Unido para a aquisição do total das ações remanescentes do capital social da FuturaGene, quando ocorreu a transferência do controle da FuturaGene. O capital social era composto por 59.792.240 ações ordinárias das quais a Suzano Trading já detinha 4.374.624 ações ordinárias, o equivalente a 7,32% de participação. A operação de aquisição da participação remanescente foi liquidada em 19 de julho de 2010, pelo montante de R\$ 147.902.

Na data da aquisição do controle, o valor contábil dos ativos e passivos adquiridos estão abaixo apresentados sendo apurado um ágio inicial de R\$ 135.859:

ATIVO	30/6/2010	PASSIVO	30/6/2010
Circulante	5.742	Circulante	4.164
Caixa e equivalentes de caixa	4.606	Fornecedores	552
Outras contras a receber	904	Salários e encargos	61
Impostos a recuperar	57	Contas a pagar	3.303
Despesas antecipadas	175	Imposto de renda e contribuição social	248
Imobilizado	355	Patrimônio líquido	1.933
TOTAL	<u>6.097</u>	TOTAL	<u>6.097</u>

A Companhia, para atendimento do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios contratou avaliadores externos independentes para identificação e avaliação dos ativos e passivos ao seu valor justo.

A FuturaGene possui acordos que lhe garantem exclusividade para comercializar produtos cujos direitos sob as patentes pertençam à Universidades e Institutos de Pesquisa (tecnologia licenciada), os quais trarão benefícios econômicos para a empresa. Pesquisas em estágio inicial de desenvolvimento não foram avaliadas devido ao alto grau de incertezas envolvido.

Os ativos intangíveis identificados e reconhecidos atenderam aos critérios de reconhecimento estabelecidos no CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e estão sendo amortizados desde a data de aquisição do controle, com base nas respectivas vidas úteis estimadas e estão apresentados na Nota 16.

A Futuragene é uma empresa pioneira na pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia direcionada para os mercados de culturas florestais e biocombustíveis, entre outros. Dentre as tecnologias da Futuragene em fase mais adiantada, estão as técnicas para o

incremento da produtividade florestal voltada à produção sustentável de madeira para o processo industrial.

A Administração da Companhia acredita que esta transação possibilitará a continuidade do desenvolvimento das tecnologias integrantes do portfólio atual da Futuragene e que a combinação das competências e tecnologias das duas empresas possibilitará a obtenção de sinergias nos esforços de pesquisa e desenvolvimento florestal, que está entre os principais fatores de competitividade da Companhia nos mercados de celulose e papel.

O valor investido na FuturaGene envolve riscos e incertezas que não estão só sob a gerência da Companhia mas que são inerentes as atividades desenvolvidas pela investida. Estes riscos e incertezas decorrem de novas tecnologias, mercado, testes biotecnológicos para fins de comprovação dos benefícios esperados e a regulamentação dessas patentes nos países onde serão comercializadas. Portanto, os resultados a serem auferidos por esta empresa podem ser diferentes daqueles atualmente esperados.

Abaixo demonstramos a Alocação do Preço Pago:

	<u>R\$</u>
Patrimônio líquido adquirido em 30/6/2010	1.933
Valor justo dos ativos adquiridos	156.752
Total dos ativos adquiridos a valor justo	158.685
Contraprestação total transferida pela aquisição	151.306
Ganho na aquisição do investimento	<u><u>7.379</u></u>

O montante apurado de ganho e a amortização acumulada desde a data de aquisição do controle reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de "Outras Receitas e Despesas Operacionais". O detalhamento dos ativos adquiridos está demonstrado na Nota 16.

Aquisição de Ativos Líquidos do Conpacel e KSR

A Companhia concluiu a aquisição da participação detida pela Fibria nos ativos líquidos do Conpacel e da KSR realizada em 31 de janeiro e 28 de fevereiro de 2011, respectivamente, que compreendem 50% da fábrica de papel e celulose em Limeira, terras próprias e plantio próprio e arrendado do Conpacel e 100% das operações de distribuição de papel KSR.

Esta aquisição reafirma a estratégia da Companhia em (i) contar sempre com ativos competitivos para disputar e se consolidar na liderança regional de papéis de imprimir e escrever; (ii) maximizar a rentabilidade de suas operações de papel; (iii) ampliar sua plataforma de distribuição regional de papel; e (iv) expandir seu negócio de celulose de mercado.

Apresentamos abaixo os saldos contábeis dos ativos totais líquidos do Conpacel e KSR nas datas em que a Companhia assumiu o controle:

ATIVO	CONPACEL	KSR	TOTAL	PASSIVO	CONPACEL	KSR	TOTAL
	31/1/2011	28/2/2011			31/1/2011	28/2/2011	
Circulante	73.860	90.791	164.651	Circulante	45.955	22.022	67.977
Contas a receber	-	42.635	42.635	Fornecedores	24.981	17.067	42.048
Estoques	71.926	42.545	114.471	Impostos e Taxas	2.542	-	2.542
Impostos a compensar	-	4.554	4.554	Salários e Encargos	11.674	997	12.671
Outras contas a receber	1.044	67	1.111	Contas a Pagar	6.758	3.958	10.716
Despesas Antecipadas	890	990	1.880				
Não circulante	1.120.928	2.489	1.123.417	Acervo líquido adquirido	1.148.833	71.258	1.220.091
Créditos por Fomento	15.028	-	15.028				
Imobilizado	1.102.478	2.489	1.104.967				
Intangível	3.422	-	3.422				
TOTAL	<u>1.194.788</u>	<u>93.280</u>	<u>1.288.068</u>	TOTAL	<u>1.194.788</u>	<u>93.280</u>	<u>1.288.068</u>

A Companhia, para determinação do tratamento contábil desta transação de aquisição de acervos líquidos utilizou orientações do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e, considerando os seguintes fatores: i) o negócio de distribuição de papel da KSR é complementar ao de fabricação de papel e celulose do Conpacel, uma vez que este não possui estrutura comercial de vendas própria; ii) o processo de negociação desses ativos foi conduzido de forma conjunta pela administração das empresas; e iii) os negócios de distribuição de papel da KSR seriam fortemente impactados quando desvinculados dos produtos fabricados pelo Conpacel, concluiu com base na nossa análise que se trata de uma única transação do segmento de papel da Companhia de aquisição de ativos líquidos e que constitui-se uma combinação de negócios, conforme estabelecido pela norma contábil acima mencionada.

Nesta transação foram apurados ganhos contábeis na alocação do preço pago e ganho sobre a participação anteriormente detida devido a utilização do conceito de valor justo de ativos e passivos assumidos, mensurados sob a perspectiva de um participante de Mercado, conforme determinado no CPC 15 (R1). O tratamento fiscal para os acervos líquidos adquiridos do Conpacel e KSR é de compra de estabelecimento e, por isso, a Companhia atribuiu a diferença entre o valor efetivamente pago e os acervos líquidos assumidos com valores contábeis históricos à determinados bens do ativo imobilizado, cujas depreciações futuras serão dedutíveis e fundamentam os ganhos apurados. Os ativos imobilizados anteriormente detidos no Conpacel, tiveram um novo custo atribuído de acordo com o CPC 37 (R1) e ICPC 10 na adoção das IFRS mas não produzem o benefício da dedutibilidade fiscal da depreciação devido a opção pelo RTT feita pela Companhia.

Com esta transação a Companhia assumiu o controle sobre estes negócios e, por isso, aplicou os procedimentos previstos no CPC 15 (R1) para combinação de negócios realizada em estágios. A apuração do ágio ou ganho na alocação do preço pago, quando a combinação de negócios é realizada em estágios, é calculado conforme abaixo:

Montante pago pela aquisição do controle	1.509.031
Valor justo da parcela de ativos detida antes do controle	1.457.811
Total pago	2.966.842
Valor justo dos ativos líquidos totais ¹	3.005.904
Ganho na alocação do preço pago	39.062

¹ Para determinação do valor justo, a Companhia contratou especialistas independentes para identificação e mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

Conforme determinado pela norma, no caso de um ganho na alocação do preço pago, a entidade deve revisar todas as premissas utilizadas e mensurações realizadas para certificar-se do ganho apurado. A Companhia, realizou os procedimentos determinados pela norma, analisando os laudos dos especialistas externos e independentes com os seus especialistas internos e concluiu que os valores apresentados foram adequadamente mensurados. O ganho apurado representa 1,32% do total do investimento e foi reconhecido na rubrica de Outras Receitas Operacionais (Nota 28).

Adicionalmente, para transações de combinação de negócios realizada em estágios a norma estabelece que o adquirente deve apurar o ganho ou perda da parcela anteriormente detida (50%) do Conpacel, comparando o valor contábil com o valor justo desses ativos na data da aquisição, o qual está abaixo apresentado:

Valor justo da parcela de ativos detida antes do controle	1.457.811
Valor contábil da parcela de ativos anteriormente detida	1.376.335
Ganho sobre a participação anterior	81.476

O valor contábil da parcela de ativos líquidos anteriormente detida é composto pelos valores registrados no Conpacel acrescidos dos ajustes da adoção inicial das IFRS, sendo o principal deles o de atribuição de um novo custo ("Deemed Cost") a determinados ativos do imobilizado, líquido da depreciação e exaustão. O valor justo destes ativos líquidos, na data da aquisição, considera todos os ativos e passivos identificados e mensurados nesta mesma data.

Os ativos intangíveis identificados e reconhecidos atenderam aos critérios de reconhecimento estabelecidos no CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e estão sendo amortizados desde a data de aquisição do controle, com base nas respectivas vidas úteis estimadas e estão apresentados na Nota 16.

Os principais ajustes decorrentes da atribuição do valor justo e do reconhecimento de passivos assumidos, estão abaixo apresentados:

Acervo líquido total inicial ao custo	1.220.091
Ativos intangíveis (Relacionamento com Clientes)	22.617
Ajuste ao valor justo sobre determinados bens do imobilizado	2.233.389
Passivo atuarial	(22.558)
Arrendamento Mercantil	(37.544)
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	72.363
Outros passivos	(4.462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base tributária dos ajustes	(477.992)
Acervo líquido total ao valor justo	3.005.904

13 Investimentos

	31/12/2011			Equivalência Patrimonial		Investimentos e Provisão para Perda em Investimentos	
	Informações das Controladas						
	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Resultado do exercício	Participação societária	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Controladas e controladas em conjunto diretas							
Asapir	40.904	(1.773)	50%	(886)	(1.649)	20.452	21.339
Paineiras	438.300	5.612	100%	5.569	11.412	438.256	432.687
Stenfar S.A., Ind. Com. Imp. Y Exp. (b)	11.640	(1.537)	15,70%	(161)	385	1.827	1.988
Suzano Trading (a) / (b)	36.533	(71.249)	100%	(59.160)	120.874	36.421	95.052
Suzano America, Inc. (b)	15.316	1.590	100%	3.124	672	15.316	12.192
Bahia Sul Holdings GmbH (b)	24	(20)	100%	(21)	(7)	24	(4)
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. (b)	17.851	2.601	100%	4.258	4.429	17.851	13.593
Sun Paper and Board Limited (b)	2.194	(50)	100%	202	(636)	2.194	1.993
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.861	1.316	100%	1.316	1.570	2.861	1.543
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda	191	190	100%	189	-	191	-
SER (c)	(192)	(193)	100%	(193)	-	(192)	-
Total de investimentos e provisão para perdas em controladas				(45.763)	137.050	535.201	580.383
Controladas indiretas							
Futuragene PLC.	650	(15.372)	100%	(16.733)	(5.448)	650	(3.014)
Stenfar S.A., Ind. Com. Imp. Y Exp. (b)	11.640	(1.537)	84,30%	(863)	2.071	9.813	10.676
Total de investimentos						10.463	7.662

- (a) Em 31 de dezembro de 2011, o investimento nesta controlada considerava a exclusão de lucros nos estoques não realizados, líquidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 112 (R\$ 146 em 31 de dezembro de 2010);
- (b) O resultado de equivalência patrimonial dessas controladas diretas e indiretas localizadas no exterior, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, inclui um ganho com variação cambial do investimento nessas controladas no montante de R\$ 15.578 (em 31 de dezembro de 2010 perda de R\$ 1.179);
- (c) O montante de provisão para perdas sobre investimentos na SER está registrado na rubrica de "Outras Provisões" no passivo não circulante.

A seguir apresentamos a movimentação dos investimentos:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	580.383	457.073
Resultado de equivalência patrimonial e variação cambial	(45.571)	137.050
Provisão para perda em investimentos	(192)	-
Recebimento de dividendos	-	(13.108)
Variação cambial em investidas (outros resultados abrangentes)	530	(632)
Aumento de capital	51	-
Saldo final	535.201	580.383

14 Ativos biológicos

A determinação de um valor justo para os ativos biológicos florestais constitui-se num exercício de julgamento e estimativa complexo que requer entendimento do negócio da Companhia, da utilização desse ativo no processo produtivo, das oportunidades e restrições de uso da madeira e, ainda, do ciclo de formação e crescimento da floresta.

O volume de madeira negociado no mercado pela Companhia não é suficiente para representar, adequadamente, o preço da madeira de eucalipto no mercado para fins de determinação do valor justo (*fair value*) das florestas.

A Companhia, para determinação do valor justo dos seus ativos levou em consideração todos os custos compreendendo a implantação, reforma e manutenção líquidos dos impostos pagos à terceiros. O preço foi formado considerando o critério de custo mais margem (*cost plus*).

A avaliação das florestas de eucalipto foi realizada através do método do *Income Approach*, baseado no fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, para refletir o modelo econômico de uma unidade de negócio exclusiva de plantio de madeira de eucalipto.

No fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, as projeções dos fluxos esperados pela expectativa de produção de madeira em pé com casca, existente na data-base dos balanços, consideraram um ciclo médio de formação da floresta de 7 anos, produtividade média obtida pelo Incremento Médio Anual ("IMA") de 41,6 m³ / hectare e os custos de formação florestal até o momento apropriado de corte da madeira em pé (ponto de colheita, ou seja, ativos maduros). O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$ 58,72 / m³ (R\$ 44,40 em 2010). A taxa de desconto utilizada foi de 11,5% antes do imposto de renda.

O valor justo do ativo biológico é calculado anualmente. Os efeitos da atualização são registrados na rubrica de outras receitas operacionais e sua realização mensal, através da exaustão, na rubrica de custo dos produtos vendidos. A Companhia não possui Ativos Biológicos dados em garantia nas datas destas demonstrações contábeis.

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos dos ativos biológicos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	1.809.670	1.583.605	1.811.094	1.588.945
Adições	592.301	396.183	561.601 (1)	396.469
Acervo da aquisição do Conpacel	212.976	-	212.976	-
Cortes efetuados no período	(199.744)	(177.604)	(199.744)	(177.721)
Ganho na atualização do valor justo	20.458	28.131	20.458	28.131
Transferências	5.385	2.210	5.385	2.210
Outras baixas	(3.163)	(22.855)	(5.175)	(26.940)
Saldo final	2.437.883	1.809.670	2.406.595	1.811.094

1) No processo de consolidação de balanços foram eliminados os custos com arrendamento de terras na formação florestal gastos com controladas.

15 Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora				
	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento
Taxa média anual de depreciação	2,32%	4,70%	14,62%	-	-
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.448.282	9.415.863	233.374	3.017.963	31.915
Transferências	8.613	40.890	4.193	(1.423)	(53.315)
Adições	7	21.753	7.503	37.201	139.260
Baixas	(3.967)	(13.339)	(2.656)	(1.059)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.452.935	9.465.167	242.414	3.052.682	117.860
Transferências	43.738	130.419	16.236	590	(190.983)
Acervo líquido da aquisição do Conpacel	237.664	671.469	5.425	592.355	15.731
Acervo líquido da aquisição da KSR	7.294	27	662	5.346	-
Adições	(b) 50	21.944	8.753	71.346	897.601
Baixas	(a) (7.928)	(553.040)	(80.962)	(6.279)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.733.753	9.735.986	192.528	3.716.040	840.209
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(416.571)	(3.087.843)	(187.837)	-	-
Transferências	-	13	(264)	-	-
Baixas	(a) 2.792	12.536	1.947	-	-
Depreciação	(21.880)	(311.282)	(14.622)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(435.659)	(3.386.576)	(200.776)	-	-
Transferências	7	(7)	-	-	-
Baixas	6.137	464.373	79.809	-	-
Depreciação	(42.798)	(362.526)	(16.388)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(472.313)	(3.284.736)	(137.355)	-	-
Valor residual					
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.261.440	6.451.250	55.173	3.716.040	840.209
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.017.276	6.078.591	41.638	3.052.682	117.860

	Consolidado					
	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação	2,32%	4,70%	14,62%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.454.521	9.793.778	463.879	3.083.524	31.915	14.827.617
Transferências	8.614	40.890	3.787	(1.423)	(53.316)	(1.448)
Adições	7	21.753	8.387	37.201	139.260	206.608
Baixas	(3.967)	(13.339)	(2.656)	(12.478)	-	(32.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.459.175	9.843.082	473.397	3.106.824	117.859	15.000.337
Transferências	43.738	130.419	16.236	590	(190.983)	-
Acervo líquido da aquisição do Conpacel	237.664	671.469	5.425	592.355	15.731	1.522.644
Acervo líquido da aquisição da KSR	7.294	27	662	5.346	-	13.329
Adições	(b) 50	22.977	17.825	177.188	898.112	1.116.152
Baixas	(a) (7.928)	(553.040)	(80.951)	2.533	-	(639.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.739.993	10.114.934	432.594	3.884.836	840.719	17.013.076
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(422.247)	(3.088.010)	(212.907)	-	-	(3.723.164)
Transferências	-	13	267	-	-	280
Baixas	(a) 2.792	12.537	1.946	-	-	17.275
Depreciação	(22.112)	(311.293)	(22.830)	-	-	(356.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(441.567)	(3.386.753)	(233.524)	-	-	(4.061.844)
Transferências	7	(7)	-	-	-	-
Baixas	6.137	464.373	79.850	-	-	550.360
Depreciação	(42.833)	(362.537)	(24.740)	-	-	(430.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(478.256)	(3.284.924)	(178.414)	-	-	(3.941.594)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.261.737	6.830.010	254.180	3.884.836	840.719	13.071.482
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.017.608	6.456.329	239.873	3.106.824	117.859	10.938.493

(a) Os valores de baixas inclui, além das baixas por alienação, baixa por obsolescência e sucateamento, o ajuste de valor justo dos ativos anteriormente detidos pela Companhia no Conpacel na data da aquisição do controle por conta da aplicação do critério de aquisição em estágios previsto no CPC 15 (R1) (Nota 12).

(b) As adições em Obras em Andamento referem-se substancialmente à construção da fábrica de celulose no Maranhão.

A classe de máquinas e equipamentos considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota 17.

Em 31 de dezembro de 2011 os outros ativos do consolidado referem-se, substancialmente, às turbinas do Complexo Energético Amador Aguiar, no montante de R\$ 192.880 (R\$ 194.703 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$ 4.013.090 (R\$ 3.921.173 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizados juros no montante de R\$ 4.275 referentes aos recursos utilizados para investimentos na construção da nova fábrica do Maranhão. O valor calculado considera as captações líquidas das aplicações.

16 Intangível

Ágios

Os ágios foram amortizados linearmente desde a data de aquisição de cada controlada até 31 de dezembro de 2008. A partir daquela data, os saldos residuais são objeto de teste anual de recuperação do valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o saldo residual do ágio sobre a investida B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A (atual unidade Embu, incorporada pela Companhia em agosto de 2007) totaliza o montante de R\$ 34.047.

Durante 2011, a Companhia adquiriu a Paineiras Logística e Transporte Ltda., empresa em fase de pré-operacional, apurando um ágio no montante de R\$ 10.

Ativos intangíveis identificados nos processos de combinação de negócios nas respectivas datas de aquisição

	<u>Metodologia de Avaliação (1)</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>Valor Justo</u>
Futuragene			
Acordos de Pesquisa e Desenvolvimento	Método da Renda	18.8	153.316
Outros Contratos de Licença	Método da Renda	11.8	3.436
KSR			
Relacionamento com Clientes	Método da Renda	5	22.617
			179.369

(1) Este método baseia-se no valor dos fluxos de caixa que o ativo deverá gerar no futuro, no decorrer de sua vida útil remanescente. Sua aplicação consiste de diversas etapas. Primeiro, projetam-se os fluxos de caixa que o ativo deverá gerar, o que envolve uma análise de dados financeiros e entrevistas com os integrantes da área operacional para estimar as receitas e despesas futuras da empresa. Em seguida, descontam-se os fluxos de caixa a valor presente através da aplicação de uma taxa de retorno que reflita o valor do dinheiro ao longo do tempo e o risco do ativo. O valor justo será então igual à soma do valor dos fluxos de caixa projetados ao do valor residual, ambos descontados a valor presente, ao final do período projetivo.

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de Relacionamento com Clientes na Controladora é de R\$ 18.847 líquido da amortização do exercício. No Consolidado, o saldo desses ativos é de R\$ 164.499 líquido da amortização acumulada e da variação cambial nos montantes de R\$ 12.912 e R\$ 1.958, respectivamente.

17 Financiamentos e empréstimos

		Taxa média anual de juros em 31/12/2011		Controladora		Consolidado	
		Indexador		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imobilizado:							
BND - Finem	TJLP	(1) (2)	8,32%	1.868.598	1.860.087	1.913.674	1.914.007
BND - Finem	Cesta de moedas	(2)	5,77%	587.237	299.644	587.237	299.644
BND - Finame	TJLP	(1) (2)	4,69%	5.430	7.123	5.430	7.123
BND - Finame	Cesta de moedas		6,39%	8	60	8	60
BND - Automático	TJLP	(1) (2)	9,30%	1.044	2.832	1.044	2.832
BND - Automático	Cesta de moedas		6,39%	117	282	117	282
FNE - BNB	Taxa pré-fixada	(2)	8,50%	111.887	129.906	111.887	129.906
FINEP	Taxa pré-fixada	(2)	4,75%	41.818	34.679	41.818	34.679
Crédito Rural	CDI / Taxa Fixa		8,03%	31.563	41.266	31.563	41.266
Arrendamento financeiro mercantil	CDI / US\$		10,98%	86.385	65.469	86.385	65.469
Capital de giro:							
Financiamentos de exportações	US\$	(3)	3,79%	2.267.573	1.641.907	2.338.378	1.725.225
Financiamentos de importações	US\$	(4)	1,26%	186.848	203.102	186.848	287.159
Nordic Investment Bank	US\$	(5)	5,74%	73.337	74.454	73.337	74.454
Nota de crédito de exportação	CDI		11,26%	974.819	348.060	974.819	348.060
Nota de crédito de exportação	US\$		3,61%	65.765	51.547	65.765	51.547
BND - EXIM	TJLP	(1)	9,72%	114.972	308.159	114.972	308.159
Senior Notes	Taxa fixa	(6)	5,88%	-	-	1.222.627	1.072.490
Desconto de Duplicatas-Vendor				119.855	155.593	119.855	155.593
Outros				542	953	12.341	13.604
				6.537.798	5.225.123	7.888.105	6.531.559
Parcela circulante (inclui juros a pagar)				2.064.175	1.194.742	2.142.138	1.340.127
Parcela não circulante				4.473.623	4.030.381	5.745.967	5.191.432
Os financiamentos e empréstimos não circulantes vencem como segue:							
2012				-	1.256.299	-	1.287.260
2013				1.050.990	980.679	1.084.879	1.011.640
2014				593.790	477.365	627.679	508.326
2015				655.057	418.105	664.571	427.337
2016				661.032	400.142	665.095	404.082
2017				366.128	242.471	366.128	242.471
2018				576.787	179.767	576.787	179.767
2019				257.173	69.927	257.173	69.927
2020 em diante				312.666	5.626	1.503.655	1.060.622
				4.473.623	4.030.381	5.745.967	5.191.432

- 1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central;
- 2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária.
- 3) A Companhia, através de sua subsidiária Suzano Trading, assinou um contrato de financiamento junto ao Banco WestLB AG, no valor de US\$ 50 milhões, com o objetivo de financiar exportações. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício findo, do limite para a razão entre a dívida líquida consolidada e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortizações consolidado ("EBITDA"). Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas na data destas demonstrações contábeis.

- 4) A Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de US\$ 150 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri - BA. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício, do limite para a razão entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas na data destas demonstrações contábeis.
- 5) A Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank, o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (*Credit Facility Agreement*), no valor de até US\$ 50 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada relacionados ao Projeto Mucuri - BA. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício findo, do limite para a razão entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas na data destas demonstrações contábeis.
- 6) Em setembro de 2010 a Companhia, por intermédio da sua subsidiária internacional Suzano Trading, emitiu *Notes Due 2021* no mercado internacional US\$ 650 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2021 e com pagamento de juros semestrais de 5,875% a.a. (*yield to maturity* 6,125% a.a.).

A Companhia é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Companhia e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos em cujo termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a:

- i) Equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos ou CDI e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.
- ii) Equipamentos de Hardware e serviço de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e não possuem cláusula de opção de compra dos ativos ao final de 45 meses e a Administração não possui a intenção de compra dos ativos ao final do contrato.

Os valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Máquinas e equipamentos	150.582	98.557
(-) Depreciação acumulada	(95.511)	(48.760)
Imobilizado líquido	55.071	49.797
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):		
Menos de 1 ano	31.855	16.143
Mais de 1 ano e até 5 anos	45.296	39.495
Mais de 5 anos	9.234	9.831
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	86.385	65.469
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	8.097	11.116
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	94.482	76.585

Arrendamento mercantil operacional

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados a locação de áreas, imóveis e central telefônica.

Os pagamentos do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado da Companhia.

Descrição	Valor da Parcela	Indexador	Vencimento
Estacionamento - Teresina - PI	1	IGP-M	39/09/2012
Central telefônica e licenças	35	-	19/05/2015
Depósito de madeira em Salesópolis - SP	3	-	15/05/2012
Escritório administrativo em Biritiba Mirim - SP	2	IGP-M	Indeterminado
Escritório administrativo em Chapadinha - MA	2	IGP-M	03/01/2012
Escritório administrativo em Itatinga - SP	1	IGP-M	Indeterminado
Escritório administrativo em São Luiz - MA	15	IGP-M	30/09/2012
Escritório administrativo em São Paulo - SP	10	IGP-M	30/09/2012
Escritório administrativo em Teresina - PI	8	IGP-M	02/09/2013
Escritório administrativo em Urbano Santos - MA	2	-	17/08/2012

Em 31 de dezembro de 2011, os pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais futuros eram os seguintes:

	31/12/2011
Menos de 1 ano	812
Mais de 1 ano e até 5 anos	1.093
Total das parcelas vincendas	1.905

18 Debêntures

Controladora e Consolidado			31/12/2011		31/12/2010	Indexador	Juros	Resgate
Emissão	Série	Quantidade	Circulante	Não circulante	Circulante e não circulante			
3ª	1ª	333.000	40.415	507.659	548.074	IGP-M	10% *	01/04/2014
3ª	2ª	167.000	3.039	104.435	107.474	US\$	9,85%	07/05/2019
4ª	1ª	8.776	3.635	-	3.635	TJLP	2,50%	03/12/2012
4ª	2ª	17.552	7.097	-	7.097	TJLP	2,50%	03/12/2012
5ª	1ª	401.819	18.986	44.770	63.756	IPCA	4,50%	16/12/2013
5ª	2ª	798.181	37.714	87.850	125.564	IPCA	4,50%	16/12/2013
			110.886	744.714	855.600			
					624.836			

*O papel foi emitido com deságio no montante de R\$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8% a.a. para 10% a.a.

a) Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, realizada em agosto de 2004, no valor de R\$ 500.000 é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$ 333.000 e a segunda no montante de R\$ 167.000, ambas com prazo de vencimento em 2014 em parcela única. A primeira série, ofertada ao mercado local tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram homologadas a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª série que antes era de 10 anos com vencimento em 01 de abril de 2014, e passou a vigorar o prazo de 15 anos com vencimento em 07 de maio de 2019, bem como a alteração dos juros remuneratórios que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir dessa data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 04 de maio de 2010, foram homologadas, com a aprovação de 93,88% dos debenturistas da 1ª série e de 100% dos debenturistas da 2ª série: (i) alterações dos limites para as razões entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido e entre Dívida Líquida e EBITDA ; (ii) o ajuste da definição de “Dívida Líquida Consolidada” contida na Escritura de Debêntures; (iii) a introdução de uma opção de recompra das Debêntures pela emissora em determinados casos de possibilidade de vencimento antecipado. Para implementar estas alterações a Companhia pagou aos debenturistas, em 11 de maio de 2010, um prêmio equivalente a 0,75% do valor atualizado das Debêntures, no montante de R\$ 4.234.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011, devido principalmente à depreciação do Real, o nível máximo de alavancagem expresso na razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA consolidado igual ou inferior a 4,0 (*covenant*) foi ultrapassado. Entretanto, nos termos da escritura de emissão, a Companhia tinha até o final do trimestre

encerrado em 31 dezembro de 2011 para retornar aos limites permitidos e, caso isso não ocorresse, o agente fiduciário deveria convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação sobre o vencimento antecipado das debêntures. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de dezembro de 2011, 83,89% dos debenturistas da 1ª série e 100% dos debenturistas da 2ª série aprovaram a concessão de renúncia ao direito que lhes é garantido pela escritura de emissão de declarar o vencimento antecipado das debêntures em caso de eventual descumprimento do *covenant* indicado acima. Tal renúncia vigorará até o terceiro trimestre de 2012, quando então a Companhia deverá voltar a observar o referido *covenant*.

b) Debêntures da 4ª emissão

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 01 de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 80.000 e a segunda no valor nominal de R\$ 160.000, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R\$ 18.081 nominais e o restante, no valor de R\$ 221.919 nominais, foram subscritos pelo BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), consoante contrato firmado com essa subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A. – BNDES (“BNDES”). As debêntures da 4ª emissão têm vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, após carência de quatro anos, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures poderão ser convertidas em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R\$ 13,84 por ação, a partir de 30 de abril de 2010. Para as ações ordinárias resultantes da conversão o BNDESPAR se obriga a vender e o acionista controlador da Companhia se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

Em dezembro de 2010, foram convertidas pela BNDESPAR 70.959 debêntures da 1ª série e 141.919 debêntures da 2ª série, as quais resultaram na emissão de 5.263.014 ações ordinárias e 10.526.267 ações preferenciais Classe “A” da Companhia. A totalidade das ações ordinárias resultantes da conversão foi adquirida pela Suzano Holding S.A. controladora da Suzano (Nota 27).

As debêntures da 4ª emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia está adimplente com as obrigações desse contrato.

c) Debêntures da 5ª emissão

A 5ª emissão foi concluída em junho de 2011, com data de emissão em 15 de dezembro de 2010, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$ 401.819 e a segunda no valor nominal de R\$ 798.181, ambas mandatoriamente conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. As debêntures, em valores nominais, da primeira série foram subscritas na totalidade pelos acionistas controladores no montante de R\$ 401.819. A segunda série no

montante de R\$ 236.378 foram subscritas pelos acionistas controladores, R\$ 24.161 pelos acionistas minoritários e R\$ 537.642 pelo BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES. As debêntures da 5ª emissão têm vencimento final em 16 de dezembro de 2013. Os juros anuais são de 4,5% a.a., pagáveis anualmente sempre no dia 15 do mês de janeiro, com a primeira data de pagamento em 15 de janeiro de 2012 e a última data de pagamento coincidindo com a última data de conversão. O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da data de emissão até a liquidação das debêntures. As debêntures poderão ser convertidas em ações, a partir de 17 de dezembro de 2012 até a data de vencimento, a critério dos debenturistas, pelo preço de R\$ 17,39 por ação, deduzidos do valor os proventos declarados por ação, a partir de 01 de janeiro de 2011, limitados ao montante máximo acumulado de R\$ 1,00.

Para determinação da contabilização dessas debêntures mandatoriamente conversíveis em ações a Administração utilizou o CPC 38, 39 e 40 – Instrumentos Financeiros.

Na emissão dessas debêntures foi identificado o componente de juros desta transação. Foram calculados os juros incidentes sobre toda a transação e, trazidos a valor presente, registrados na rubrica Debêntures devido sua liquidação ocorrer através do desembolso de caixa, segregados entre curto e longo prazos. Com o transcorrer do prazo da transação, serão calculados os juros efetivos incorridos e a diferença apurada para o valor reconhecido a valor presente, será registrado em Debêntures com contrapartida a rubrica de Despesas Financeiras.

Do montante efetivamente subscrito e recebido pela Companhia, foi deduzido o componente de juros e o saldo registrado em Reserva de Capital no montante mandatoriamente conversível em ações na data da subscrição.

Todas as debêntures serão atualizadas pelo IPCA, sendo este componente passivo registrado na rubrica de Debêntures em contrapartida a rubrica de Despesas Financeiras. Na liquidação deste passivo financeiro por ocasião da conversão mandatária das debêntures o montante acumulado será reclassificado para o Patrimônio Líquido. A classificação como passivo financeiro justifica-se pelo número variável de ações que serão emitidas quando de sua conversão, conforme requerido pelo parágrafo 29 do CPC 39.

19 Provisão para contingências

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para contingências:

Controladora						
	Saldo em 31/12/2010	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2011
Tributárias	147.023	27.587	(35.443)	17.996	(16.626)	140.537
Previdenciárias e trabalhistas	46.536	6.643	(12.466)	1.530	(25.908)	16.335
Cíveis	4.588	3.030	(1.362)	-	-	6.256
	<u>198.147</u>	<u>37.260</u>	<u>(49.271)</u>	<u>19.526</u>	<u>(42.534)</u>	<u>163.128</u>

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2010	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2011
Tributárias	147.024	27.587	(35.443)	17.996	(16.626)	140.538
Previdenciárias e trabalhistas	54.571	6.643	(12.466)	1.882	(26.508)	24.122
Cíveis	4.588	3.030	(1.362)	-	-	6.256
	<u>206.183</u>	<u>37.260</u>	<u>(49.271)</u>	<u>19.878</u>	<u>(43.134)</u>	<u>170.916</u>

Os principais processos são comentados a seguir:

COFINS

A Companhia possui depósitos judiciais de COFINS, no montante de R\$ 19,3 milhões, realizados em processo judicial no qual se discute as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, sendo R\$ 11,8 milhões relativos à ampliação de base de cálculo, cuja jurisprudência está pacificada a favor do contribuinte, e R\$ 7,5 milhões referentes à majoração de alíquota, cuja jurisprudência está pacificada a favor da União Federal e para os quais há provisão.

Outros processos tributários

Além do processo judicial citado no item precedente, a Companhia figura no pólo passivo em processos judiciais e administrativos, nos quais houve adesão ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), Lei nº 11.941/09, com constituição de provisão no valor de R\$ 10,7 milhões, para os processos que não houve adesão a Companhia constituiu provisão de R\$ 122,3 milhões.

A Companhia ainda figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$ 500,6 milhões, cujo prognóstico é de perda possível.

Para os processos cuja perda é provável, a Companhia possui o saldo de R\$ 8,9 milhões, de depósitos judiciais realizados.

Processos trabalhistas

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 24,1 milhões, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 18,5 milhões, cujo prognóstico é de perda possível.

Para os processos cuja perda é provável, a Companhia possui o saldo de R\$ 3,5 milhões, de depósitos judiciais realizados.

Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 6,2 milhões, cujo prognóstico é de perda provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 11,4 milhões, cujo prognóstico de perda é possível.

Para os processos cuja perda é provável, a Companhia possui o saldo de R\$ 201, de depósitos judiciais realizados.

20 Passivos atuariais

A Companhia assegura a um grupo pré-determinado de aposentados, de forma vitalícia, três planos de benefícios definidos. São eles:

- Programa de assistência médica Sepaco: Assegura o custeio de assistência médica junto a uma rede credenciada e ao Hospital Sepaco, para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da antiga Ripasa), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.
- Programa de assistência médica Bradesco: Assegura o custeio de assistência médica junto ao Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Seguro de vida: Oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados junto ao Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor das obrigações futuras destes benefícios, registrado pela Companhia, foi de R\$ 218.627 (31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 162.691). Os métodos atuariais adotados atendem o CPC 33 – Benefícios a empregados. As principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo do plano médico e seguro de vida foram: taxa de desconto de 5,50% a.a. e 5,25% a.a. respectivamente, taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica de 3,0% a.a. e tábua biométrica de mortalidade geral AT-83.

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	162.691	187.462
Aquisição Conpacel e KSR (Nota 12)	22.558	-
Redução passivo atuarial (a)	(23.441)	-
Juros sobre obrigação atuarial	24.164	21.289
(Ganho) Perda atuarial	41.824	(38.168)
Benefícios pagos no exercício	(9.169)	(7.892)
Saldo final	218.627	162.691

- a) A redução do passivo atuarial foi obtida através da unificação das políticas de benefícios da Suzano aos novos colaboradores do Conpacel.

21 Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2005 a Companhia instituiu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender aos seus empregados, denominado Suzano Prev, por meio da contratação de instituição financeira para a sua administração. Ao estabelecer o Suzano Prev, a Companhia definiu que pagará a contribuição relativa aos anos anteriores para todos os colaboradores, por conta de serviços prestados à Companhia em períodos anteriores à constituição do Plano (serviço passado). Tal desembolso será realizado ao longo dos próximos anos, calculado individualmente, até que cada colaborador passe a usufruir dos benefícios do Plano. As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizaram R\$ 4.987 e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 7.872 (R\$ 4.714 e R\$ 6.842, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

22 Plano de remuneração baseado em ações

Descrição dos planos de remuneração baseado em ações com pagamento em moeda corrente

Para seus principais executivos e membros chave, a Companhia possui plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") atrelado ao preço da ação da Companhia com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia de "ações fantasma" a esses executivos (*beneficiários*), as quais são definidas anualmente em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos, determinados com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão; e iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois

salários com aporte de mesmo valor pela Companhia, e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões.

As condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas após um período de carência de três anos e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data da outorga. As condições de aquisição não são satisfeitas quando: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item iii) do parágrafo anterior, houver desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; e ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma.

Para o programa de 2006 havia limitação de valorização das ações fantasma em 120% do valor de outorga.

O preço de exercício de cada ação fantasma é determinado pela média das ações preferenciais da Companhia nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício, acrescidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício, multiplicados por um percentual de desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes, quando aplicáveis.

Plano de remuneração baseado em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe “A”)

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações preferenciais Classe “A” (“Plano”) da Companhia.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela Companhia, de opções de compra de ações a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Segundo o Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como, deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Em reunião do Conselho de Administração realizadas em 10 de agosto de 2009 e 11 de agosto de 2010 (datas das outorgas), por meio de Comissão Especial formada para esta finalidade, foram aprovados o primeiro e o segundo Programa do Plano no qual a Companhia outorgou opções de compra aos beneficiários, assim como, determinou as seguintes condições para que esses passem a ter direito de exercício dessas opções (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa, ou

pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções. Os períodos de carência e os limites estão abaixo apresentados:

Programa	Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
Programa 1	1ª. data de exercício: de 01/06/2010 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/06/2011 a 31/12/2012	62.500 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/06/2012 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção
Programa 2	1ª. data de exercício: de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2ª. data de exercício: de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3ª. data de exercício: de 01/08/2015 a 31/12/2015	Saldo remanescente de ações ou 60% do total de ações sob opção

O Preço de Exercício foi fixado em R\$ 14,56 por opção para o programa 1 e R\$ 15,53 por opção para o programa 2, deduzidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício da opção, sendo ambos atualizados com base no custo médio ponderado de capital da Companhia ("CMPC") calculado por instituições financeiras renomadas.

Condição exclusivamente aplicável ao Programa 1: se na data de exercício das opções a diferença entre o preço de exercício e o preço unitário das ações preferências classe "A", de emissão da Companhia negociadas na BOVESPA (Preço de Mercado) na data de início de cada período de carência for inferior a R\$ 8,00 (Valor de Referência) ou o beneficiário declarar que não quer exercer a opção total ou parcialmente, a Companhia, alternativamente efetuará um pagamento extraordinário em moeda corrente ("Pagamento Extraordinário") ao beneficiário, correspondente ao resultado auferido pelo Valor de Referência multiplicado pela quantidade de opções não exercidas subtraído do total do Preço de Mercado menos Preço de Exercício multiplicados pela quantidade de opções não exercida.

Em 31 de dezembro de 2011, há 4.155 mil ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que, eventualmente, serão submetidos os atuais acionistas em caso de os *beneficiários* exercerem até 2015 todas as opções de compra de ações outorgadas ainda vigentes e não optarem pela alternativa de liquidação e moeda corrente onde aplicável:

Premissas	31/12/2011
Quantidade de ações (mil)	408.892
Saldo das séries outorgadas em vigor (mil)	975
Percentual máximo de diluição de participação societária	0,24%

Resumo das movimentações relativas aos planos de remuneração baseados em ações

Sempre que aplicável, foi considerada a bonificação de ações conforme fato relevante de 30 de abril de 2010:

Incentivo de Longo Prazo – Ações fantasma

Controladora e Consolidado												
31/12/2011												
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1º data exercício	2º data exercício e liquidação	Quantidade						Preço médio ponderado das ações exercidas
						Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Transferida ⁽¹⁾	Não exercida por demissão	Total em vigor em 31/12/2011	
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	8,01	set/10	set/13	31.105	-	(8.702)	-	-	1.841	14,96
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	8,01	set/10	set/13	15.783	-	(15.783)	-	-	-	14,96
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	8,01	mar/11	mar/14	146.180	-	(23.886)	739	-	37.513	14,96
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	0,96	mar/11	mar/14	10.181	-	-	2.519	-	2.519	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	8,01	set/14	-	8.996	-	-	-	-	8.996	-
ILP2008 (A)	mar/08	34,74	8,01	mar/12	mar/15	78.019	-	-	1.838	-	69.786	-
ILP2009 (A)	mar/08	34,74	8,01	mar/13	mar/16	78.019	-	-	1.838	-	69.786	-
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	6,01	mar/12	mar/15	23.334	-	-	-	-	23.334	-
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	6,01	mar/12	mar/15	276.997	-	(41.356)	4.436	-	186.878	14,96
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	6,01	mar/12	mar/15	131.352	-	(15.687)	4.436	-	96.572	14,96
ILP2009 (PE)	jun/09	15,11	6,01	set/12	set/12	20.678	-	-	-	-	20.678	-
ILP2009 (M)	set/09	15,11	6,01	mar/12	mar/15	209.057	-	(11.913)	-	-	159.724	14,96
ILP2009	mar/10	23,86	8,01	mar/13	mar/16	275.448	-	-	8.727	-	255.283	-
ILP2009 (J)	mai/10	21,56	8,01	set/13	set/16	3.188	-	-	-	-	3.188	-
ILP 2010	mar/11	18,64	8,01	mar/14	mar/17	499.600	-	-	7.507	-	469.104	-
TOTAL						1.807.937	-	(117.327)	32.040	-	1.405.202	14,96

⁽¹⁾ Ações recebidas em decorrência de transferência de colaboradores da Suzano Holding para Suzano Papel e Celulose SA.

31/12/2010												
Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1ª data exercício	2ª data exercício e liquidação	Quantidade					Total em vigor em 31/12/2010	Preço médio ponderado das ações exercidas
						Outorgada	Exercida	Exercida por demissão	Transferida ⁽¹⁾	Não exercida por demissão		
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	17,17	set/10	set/13	31.105	-	-	-	-	31.105	-
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	17,17	set/10	set/13	15.783	-	-	-	-	15.783	-
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	19,52	mar/11	mar/14	146.180	-	-	-	-	146.180	-
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	14,69	mar/11	mar/14	10.181	-	-	-	-	10.181	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	19,52	set/14	-	8.996	-	-	-	-	8.996	-
ILP2008 (R3)	mar/08	25,68	15,61	mar/11	-	238.670	-	-	-	-	238.670	-
ILP2008 (A)	jul/08	34,74	19,52	mar/12	mar/15	78.019	-	-	-	-	78.019	-
ILP2009 (A)	jul/08	34,74	19,52	mar/13	mar/16	78.019	-	-	-	-	78.019	-
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	19,52	mar/12	mar/15	23.334	-	-	-	-	23.334	-
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	19,52	mar/12	mar/15	276.997	-	-	-	(14.268)	262.729	16,06
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	19,52	mar/12	mar/15	129.926	-	-	-	-	129.926	-
ILP2009 (M)	set/09	15,11	19,52	mar/12	mar/15	209.057	-	-	-	(1.969)	207.088	16,06
ILP2009	mar/10	23,86	19,52	mar/13	mar/16	275.448	-	(4.976)	-	(14.929)	255.543	16,06
ILP2009 (B)	mar/10	19,29	19,52	set/13	set/16	32.406	-	-	-	-	32.406	-
ILP2009 (J)	mai/10	21,56	19,52	set/13	set/16	3.188	-	-	-	-	3.188	-
ILP2009 (L)	ago/10	20,15	19,52	set/13	set/16	4.653	-	-	-	-	4.653	-
TOTAL						1.561.962	-	(4.976)	-	(31.166)	1.525.820	16,06

Incentivo de Longo Prazo – Opções de compra de ações preferenciais Classe “A”

31/12/2011											
Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1ª data exercício	2ª data exercício e expiração	Preço		Quantidade de ações				
					Na data de outorga	Fim do período	Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor em 31/12/2011
Programa 1	Série I	10/08/2009	01/06/2010	31/12/2012	11,36	-	62.500	62.500	-	-	-
	Série II	10/08/2009	01/06/2011	31/12/2012	11,36	-	62.500	62.500	-	-	-
	Série III	10/08/2009	01/06/2012	31/12/2012	11,36	7,27	375.000	-	-	-	375.000
Programa 2	Série I	11/08/2010	01/08/2013	31/12/2015	5,97	0,29	120.000	-	-	-	120.000
	Série II	11/08/2010	01/08/2014	31/12/2015	5,97	0,29	120.000	-	-	-	120.000
	Série III	11/08/2010	01/08/2015	31/12/2015	5,97	0,29	360.000	-	-	-	360.000
TOTAL							1.100.000	125.000	-	-	975.000

Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

Para a determinação do valor justo das ações fantasma e das opções de compra de ações preferenciais classe “A” com ou sem alternativa de liquidação em moeda corrente, a Companhia utilizou a ação Suzb5 de cada exercício com base no modelo de cálculo do programa, multiplicado pelo percentual de performance de até 125%, quando aplicável.

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação, definida na política do programa vigente em dezembro de 2007, para a determinação do valor justo destas ações fantasma e também para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe “A” no fim do período, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjersund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores		
	Ações Fantasma	Opções	
		Programa I	Programa II
Preço do ativo base (1)	R\$ 8,01 / ação	R\$ 6,74/ ação	R\$ 6,74 / ação
Expectativa de volatilidade (2)	42,81% a.a.	36,82% a.a.	36,82% a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	2,20 anos	1,02 anos	3,64 anos
Expectativa de dividendos (4)	3,61% a.a.		
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 10,55%	média de 10,04%	média de 10,79%

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação Suzb5;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

(3) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros media ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações contábeis estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	7.175	15.603	1.283	(3.301)
Provisão com plano de opções de compra de ações	2.907	2.143	(1.350)	(1.594)
Total do plano de remuneração baseado em ações	10.082	17.746		
Patrimônio líquido				
Reserva de opções de compra de ações	1.192	350	(841)	(350)
Resultado			(908)	(5.245)

23 Dívidas com compra de terras e reflorestamento

A Companhia e suas controladas realizaram transações para aquisição de terras e reflorestamento através de “Contratos de Compra e Venda” e “Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”)” conforme apresentado abaixo:

Empresas compradoras	Suzano	Ondurman	Amulya
<i>Características do contrato</i>			
Valor do contrato	158.367	75.000	59.379
Tipo de imóvel	Florestas / Terras	Terras	Terras
Tipo de contrato	Compra e venda	CRI	CRI
Companhia securitizadora / emissor	N/A	Brazilian Securities	Brazilian Securities
Agente fiduciário	N/A	Oliveira Trust Dist. Tit. Mob.	Oliveira Trust Dist. Tit. Mob.
Data de emissão	13/07/2009	27/10/2009	21/02/2011
Prazo final	13/07/2012	27/10/2023	24/02/2025
Nº de parcelas	12	168	168
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Mensal	Mensal
Prazo	3 anos	14 anos	14 anos
Índice de reajuste	N/A	TR	TR
Juros remuneratórios	N/A	11,23%/a.a.	11,22%/a.a.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía dívida com a aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento no montante total de R\$ 48.925 na controladora e R\$ 178.456 no consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2010, os montantes de R\$ 104.529 e R\$ 176.800, respectivamente).

24 Adiantamento de Clientes

A Companhia, concluiu em outubro de 2011 operação de pré-venda de celulose para a trading JP Morgan Ventures Energy Corp. ("JPVec").

Conforme contrato, foram vendidas 22.284 toneladas de celulose com preço fixado de US\$ 580,00 líquido, a serem entregues mensalmente durante um ano (12 parcelas) no mercado Asiático.

A prospecção e efetivação das vendas no exterior serão realizadas por intermédio da subsidiária Suzano Trading que atuará como um agente de mercado e será remunerada por esse serviço conforme condições estabelecidas no "Acordo de Marketing" firmado com o JPVec.

A Companhia recebeu adiantamento de US\$ 10.000 mil representando aproximadamente 80% do total da operação e o saldo remanescente em 12 parcelas mensais em contrapartida a entrega da celulose a partir de Janeiro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de adiantamento de clientes na Controladora é de R\$ 25.020 e R\$ 27.528 no Consolidado (31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 17.691 e R\$ 19.988, respectivamente).

25 Compromissos

Vale Florestar

Em 2009 a Companhia firmou contrato com a Vale para aquisição de 31,5 milhões m³ de madeira provenientes de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, a serem fornecidas à Companhia durante o

período de 2014 a 2028. Os preços desses volumes, calculados com base em fórmulas pré-estabelecidas em contrato, serão apurados quando das épocas de colheita.

Transporte Ferroviário

Para atender parcela importante da estrutura logística necessária para a futura Unidade Industrial do Maranhão, a Companhia firmou contrato com a Ferrovia Norte Sul S.A. para o transporte ferroviário de 1,3 milhão de toneladas ao ano de celulose de eucalipto a partir de 2014, pelo prazo de 360 meses contados a partir do primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao efetivo início da operação desta nova planta industrial.

Compra de equipamentos – Metso e Siemens

Em 18 de abril de 2011, a Companhia anunciou a celebração de contratos com a Metso e Siemens para a aquisição dos principais equipamentos para construção da unidade industrial do Maranhão, no montante aproximado de R\$ 2.189 milhões.

A contratação dos principais equipamentos com a Metso abrangerá basicamente as seguintes áreas: (i) Pátio de Madeira; (ii) Cozimento e Lavagem; (iii) Linha de Fibras; (iv) 2 Secadoras, Enfardamento e Expedição; (v) Caldeira de Recuperação e Biomassa; (vi) Caustificação e Forno de Cal; (vii) Evaporação e (viii) sistemas de automação integrada (DCS – Distributed Control System).

O contrato celebrado com a Siemens compreende a aquisição de 2 turbos geradores, que atenderão tanto a demanda de energia da fábrica como a geração excedente de 100 MW disponível para comercialização.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desses compromissos é de R\$ 2.016 milhões a serem incorridos e amortizados regularmente conforme cronograma que acompanha o avanço da execução das obras.

26 Instrumentos financeiros

a. Visão geral

A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não (“riscos de mercado”) aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Suzano estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente.

As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) medição e report dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados, com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (hedge); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

b. Avaliação

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&FBovespa e Anbima para operações de taxas de juros em reais, e da British Bankers Association e Bloomberg para operações de taxa Libor. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da BM&FBovespa.

O valor justo da dívida decorrente da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela Anbima nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreamento de opções, como Black & Scholes e Garman-Kolhagen, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de petróleo é obtido com base nas cotações da New York Mercantile Exchange (NYMEX).

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar

ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	3.273.938	3.273.938	3.735.438	3.735.438
Ganhos em operações com derivativos (circulante e não circulante)	49.589	49.589	27.272	27.272
Contas a receber de clientes	983.058	983.058	792.057	792.057
PASSIVO				
Contas a pagar a fornecedores	414.723	414.723	277.107	277.107
Financiamentos e Empréstimos (circulante e não circulante)	7.888.105	8.332.982	6.531.559	6.611.822
Debêntures (circulante e não circulante)	855.600	893.050	624.836	701.789
Perdas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	57.892	57.892	67.281	67.281

c. Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias, visam a minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações.

Risco de taxa de câmbio e de juros

A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor líquido de principal das operações contratadas para venda futura de Dólares através de Non Deliverable Forwards ("NDF's") simples era de US\$ 61,7 milhões. Seus vencimentos estão distribuídos entre janeiro de 2012 e janeiro de 2014, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela minoritária das vendas ao longo deste período. O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando geram desembolso ou recebimento de caixa, conforme o caso.

Além das operações de hedge cambial, são celebrados contratos de swap de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de swap entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia tinha em aberto (i) US\$ 585,8 milhões em swaps para fixação da Libor em contratos de financiamento, (ii) US\$ 220 milhões em swaps do cupom cambial para taxa Libor de 3 meses fixada e (iii) R\$ 326 milhões em swaps de Pré para % do DI.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização hedge accounting. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios da Controladora e consolidadas. A Nota 29 demonstra os ganhos e perdas com derivativos que impactaram os resultados dos exercícios.

d. Derivativos em aberto

As posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em			
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011		31.12.2010	
						A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira									
Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i>	03/01/2012 até 04/11/2019	1.098.936	1.347.400	1.100.142	1.349.535	-	-	-	-
Posição Passiva - US\$ Taxa Pré		1.098.936	1.347.400	1.152.090	1.410.196	-	-	-	-
SubTotal				(51.948)	(60.661)	51.948		62.862	2.201
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				1.020	2.658	-	-	-	-
Swaps de Taxas e Índices									
Posição Ativa - R\$ Taxa Pré	15/08/2012 até 15/03/2013	326.984	506.984	402.099	524.929	-	-	-	-
Posição Ativa - TR + Cupom									
Posição Ativa - Cupom US\$		326.984	506.984	390.497	525.198	-	-	-	-
Posição Passiva - % DI									
SubTotal				11.602	(269)	-	11.602	782	514
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				410	571	-	-	-	-
Swaps de Moedas - NDF									
Posição Comprada em R\$ x US\$	10/01/2012 até 09/01/2014	56.274	-	4.950	-	-	-	-	-
Posição Vendida em R\$ x US\$		172.030	137.261	(5.944)	8.490	-	-	-	-
Posição Comprada em US\$ x ARS									
Posição Vendida em US\$ x ARS		11.818		7					
SubTotal				(987)	8.490	5.944	4.957	-	8.490
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				1.702	1.305	-	-	-	-
Opções de Moedas - Zero Cost Collar									
Posição lançadora em R\$ x US\$ - Compra			41.655		(38)	-	-	-	-
Posição titular em R\$ x US\$ - Venda			41.655		3.768	-	-	-	-
SubTotal					3.730	-	-	39	3.767
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾					320	-	-	-	-
Swaps de Commodities									
Posição Vendida em Celulose BHKP	31/03/2013 ⁽²⁾	108.474	168.953	16.570	(3.373)	-	-	-	-
SubTotal				16.570	(3.373)	-	16.570	3.598	225
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				741	25	-	-	-	-
Swaps de Commodities									
Posição Comprada em Petróleo			16.520		452	-	-	-	-
SubTotal					452	-	-	-	452
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾					5	-	-	-	-
Outros									
Posição Ativa - Cupom Cambial	12/03/2012 até 01/04/2015	412.676	333.240	33.637	55.819	-	-	-	-
Posição Ativa - Libor + Spread			116.634		1.671				
Posição Passiva - US\$ <i>Libor</i> Fixada		412.676	333.240	17.177	45.402	-	-	-	-
Posição Passiva - R\$ x US\$			116.634		466	-	-	-	-
SubTotal				16.460	11.622	-	16.460	-	11.623
Valor em Risco (VaR) ⁽¹⁾				230	108	-	-	-	-
Resultado Total em Swaps				(8.303)	(40.009)	57.892	49.589	67.281	27.272

⁽¹⁾ VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%

⁽²⁾ Data de liquidação diferente da data de vencimento

As mesmas posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, agrupadas por contraparte, são demonstradas conforme abaixo:

Descrição	Valor de referência (nocial) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em		Saldos patrimoniais em	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011		31.12.2010	
					A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em Moeda Estrangeira								
Contrapartes								
BTG Pactual	234.987	245.099	(16.817)	(12.374)				
Itaú BBA	309.545	486.031	(14.651)	(26.506)				
JP Morgan	140.685	170.786	(3.092)	(6.545)				
Banco Santander								
Merrill Lynch	70.343	83.310	(1.079)	(1.141)				
Standard Bank	140.685	124.965	(10.061)	(7.254)				
Standard Chartered	202.691	237.209	(6.248)	(6.841)				
SubTotal			(51.948)	(60.661)	51.948	-	62.862	2.201
Swaps de Taxas e índices								
Contrapartes								
Itaú BBA								
Banco Santander								
Banco do Brasil	317.000	317.000	11.493	381				
Barclays		10.000		8				
HSBC	9.984	179.984	109	(658)				
SubTotal			11.602	(269)	-	11.602	782	514
Swaps de Moedas - NDF								
Contrapartes								
Posição Comprada em R\$ x US\$								
Santander								
Barclays								
HSBC								
Itaú BBA	56.274		4.950					
Merrill Lynch								
Standard Bank								
Rabobank Brasil								
Posição Vendida em R\$ x US\$								
Santander								
Barclays								
HSBC								
Itaú BBA	172.030	3.999	(5.944)	576				
Merrill Lynch		89.208		5.270				
Standard Bank		2.399		346				
Rabobank Brasil		41.655		2.298				
Posição Vendida em US\$ x ARS								
Itaú BBA	11.818		7					
SubTotal			(987)	8.490	5.944	4.957	-	8.490
Opções de Moedas - Zero Cost Collar								
Contraparte								
Posição lançadora em R\$ x US\$ - Compra								
Merrill Lynch		41.655		(38)				
Standard Bank								
Votorantim								
Posição titular em R\$ x US\$ - Venda								
Merrill Lynch		41.655		3.768				
Standard Bank								
Votorantim								
SubTotal			-	3.730	-	-	39	3.767
Swaps de Commodities - Celulose								
Contraparte								
Nordea Bank Finland P/C	133.369	150.958	16.570	(2.950)				
Standard Chartered		17.995		(423)				
SubTotal			16.570	(3.373)	-	16.570	3.598	225
Swaps de Commodities - Petróleo								
Contraparte								
JP Morgan								
Standard Chartered		16.520		452				
SubTotal			-	452	-	-	-	452
Outros								
Contraparte								
JP Morgan	412.676	449.874	16.460	11.622				
SubTotal			16.460	11.622	-	16.460	-	11.623
Resultado Total em Swaps			(8.303)	(40.009)	57.892	49.589	67.281	27.272

e. Derivativos liquidados

As posições de derivativos liquidadas acumuladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência acumulado (nocional) em		Valor justo (de liquidação) acumulado em	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Swaps em Moeda Estrangeira Posição Ativa - US\$ <i>Libor</i> Posição Passiva - US\$ Taxa Pré	2010: 04/01 até 30/12 2011: 04/01 até 30/12	2.640.603 2.640.603	3.265.061 3.265.061		
SubTotal				(35.180)	(43.791)
Swaps de Taxas e Índices Posição Ativa - TR + Cupom Posição Ativa - R\$ Taxa Pré Posição Passiva - % DI	2010: 14/04 até 15/12 2011: 15/03 até 15/12	619.984 619.984	27.500 160.000 187.500		
SubTotal				(339)	1.796
Swaps de Moedas Posição Comprada em R\$ x US\$ Posição Vendida em R\$ x US\$ Posição Comprada em US\$ x ARS Posição Vendida em US\$ x ARS	2010: 08/02 até 08/12 2011: 03/01 até 14/12	699.680 2.115.952	390.388 2.502.232		
SubTotal				1.022	26.855
Opções de Moedas Posição lançadora em R\$ x US\$ - Venda Posição titular em R\$ x US\$ - Compra	2010: 01/02 até 01/11 2011: 02/05	39.028 39.028	127.835 127.835		
SubTotal				6.918	2.430
Swaps de Commodities Posição Vendida em Celulose BHKP	2010: 08/01 até 07/12 2011: 07/01 até 07/12	75.422	136.074		
SubTotal				(4.112)	(37.991)
Swaps de Commodities Posição Comprada em Petróleo Posição Vendida em Petróleo	2010: 07/04 até 07/12 2011: 07/01 até 07/11	299.238	162.443 27.026		
SubTotal				1.770	2.265
Outros Posição Ativa - Cupom Cambial Posição Ativa - Libor + Spread Posição Passiva - US\$ Libor Fixada Posição Passiva - R\$ x US\$	2010: 11/03 até 13/12 2011: 11/03 até 12/12	69.200 484.400 69.200 484.400	69.429 69.429		
SubTotal				3.074	1.267
Resultado Total em Swaps				(26.847)	(47.169)

f. Demonstrativo de análise de sensibilidade

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade das posições consolidadas de derivativos, dívidas e aplicações em aberto em 31 de dezembro de 2011, que representa nossa principal exposição no curto prazo, conforme demonstradas no item (d), a variações de preços e taxas nos ativos Subjacentes:

i) Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado

Descrição	Valor Justo (MtM)	Cenários em 31/12/2012			
		Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Swaps em Moeda Estrangeira Ativo US\$ <i>Libor</i> x Passivo US\$ Pré ⁽¹⁾	(51.948)	Queda da <i>Libor</i>	(54.452)	(58.855)	(63.368)
Swaps de Taxas e Índices Ativo Pré ⁽²⁾ em R\$ x Passivo % DI	11.602	Alta da Curva Pré	11.888	1.525	(8.341)
Swaps de Moedas (NDF) Posição Vendida em R\$ x US\$ ⁽³⁾	(5.944)	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	636	(39.536)	(79.708)
Swaps de Moedas (NDF) Posição Comprada em R\$ x US\$ ⁽⁴⁾	4.950	Queda da Taxa de Câmbio R\$/US\$	2.765	(10.575)	(23.915)
Swaps de Commodities Cenário Celulose ⁽⁵⁾	16.570	Alta da Celulose	4.799	(20.619)	(46.037)

⁽¹⁾ Fonte para o cenário provável: *Bloomberg* - Curva de mercado de 17/01/2012. Taxa *Libor* de 6 meses provável em 31/12/2012: 0,79275% a.a.

Deterioração de 25%: *Libor* de 6 meses em 31/12/2012 de 0,59456% a.a. Deterioração de 50%: *Libor* de 6 meses em 31/12/2012 de 0,39638% a.a.

⁽²⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 13/01/2012. Taxa Selic provável em 31/12/2012: 10,03% a.a.

Deterioração de 25%: Taxa Selic em 31/12/2012 de 12,54% a.a. Deterioração de 50%: Taxa Selic em 31/12/2012 de 15,05% a.a.

⁽³⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 13/01/2012. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2012: R\$ 1,7900 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2012 de R\$ 2,2375 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2012 de R\$ 2,6850 / US\$.

⁽⁴⁾ Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 13/01/2012. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2011: R\$ 1,7900 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2012 de R\$ 1,3425 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2012 de R\$ 0,8950 / US\$.

⁽⁵⁾ Fonte para o cenário provável: Relatório da RISI de 30/12/2011. Preço provável da celulose BHKP em 30/12/2012: US\$ 760 / ton.

Deterioração de 25%: Preço em 30/12/2012 de US\$ 950 / ton. Deterioração de 50%: Preço em 30/12/2012 de US\$ 1.140 / ton.

Cabe ressaltar que a administração destas posições é dinâmica e que, com o emprego dos mecanismos em vigor para limitação de perdas (sistemas de stop loss) e das exposições em risco, que por sua vez são impactadas pela volatilidade dos ativos, as posições são ajustadas à medida que eventuais perdas se materializam. Desta forma, caso um cenário de deterioração venha a ocorrer como ilustrado na tabela acima, as posições da Companhia sujeitas a esta deterioração já teriam sido desmontadas ao atingirem os limites estabelecidos nos sistemas de stop loss.

Não foram explicitados um cenário provável em 31 de dezembro de 2011 ou a análise de sensibilidade para os swaps listados na categoria “Outros” na tabela do item (e), uma vez que estes swaps se referem a operações de arbitragem entre a taxa *Libor* e o cupom cambial, com ambas às taxas pré-fixadas nas referidas operações, impedindo a possibilidade de ocorrência de qualquer resultado diferente daquele já estipulado contratualmente.

ii) Dívidas em moeda estrangeira

Instrumento	Valor Justo	Risco	Cenários em 30/12/2011		
			Provável	Possível (Δ de 25%)	Remoto (Δ de 50%)
Financiamento de imobilizado					
Moeda Estrangeira - TJLP + Cesta de moedas ⁽¹⁾	(341.120)	Alta da UMBNDES	(341.120)	(426.400)	(511.680)
Financiamento de exportações					
Moeda Estrangeira - R\$ x US\$ ⁽²⁾	(2.522.172)	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	(2.522.172)	(3.105.913)	(3.689.653)
Financiamento de importações					
Moeda Estrangeira - R\$ x US\$ ⁽³⁾	(191.454)	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	(191.454)	(239.317)	(287.181)
Senior Notes					
Moeda Estrangeira - Taxa Fixa US\$ ⁽⁴⁾	(1.657.012)	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	(1.657.012)	(2.936.425)	(3.350.678)
Debêntures 3º Emissão - 2ª série					
Moeda Estrangeira - R\$ x US\$ ⁽⁵⁾	(145.301)	Alta da Taxa de Câmbio R\$/US\$	(145.301)	(181.627)	(217.952)

⁽¹⁾ Fonte para o cenário provável: Moeda contratual do BNDES (UMB) em 30/12/2011 0,036914

Deterioração de 25%: UMB em 30/12/2011 0,04614. Deterioração de 50%: UMB em 30/12/2011 de 0,05537

⁽²⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 1,8758 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,4068 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 0,9379 / US\$.

⁽³⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 1,8758 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,4068 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 0,9379 / US\$.

⁽⁴⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 1,8758 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,4068 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 0,9379 / US\$.

⁽⁵⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 1,8758 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,4068 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 0,9379 / US\$.

iii) Caixa e equivalentes em moeda estrangeira

Instrumento	Valor Justo	Risco	Cenários em 30/12/2011		
			Provável	Possível (Δ de 25%)	Remoto (Δ de 50%)
Caixa e Bancos					
Moeda Estrangeira - R\$ x US\$ ⁽¹⁾	127.333	Queda da Taxa de Câmbio R\$/US\$	127.333	95.500	63.666
Caixa e Bancos					
Moeda Estrangeira - R\$ x CHF ⁽²⁾	526	Queda da Taxa de Câmbio R\$/CHF	526	394	258
Caixa e Bancos					
Moeda Estrangeira - R\$ x EUR ⁽³⁾	14.301	Queda da Taxa de Câmbio R\$/EUR	14.301	10.726	7.151
Caixa e Bancos					
Moeda Estrangeira - R\$ x GBP ⁽⁴⁾	27.650	Queda da Taxa de Câmbio R\$/GBP	27.650	20.737	13.825
Aplicações Financeiras					
Moeda Estrangeira - R\$ x US\$ ⁽⁵⁾	4.117	Queda da Taxa de Câmbio R\$/US\$	4.117	3.088	2.059

⁽¹⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 1,8758 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,4068 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 0,9379 / US\$.

⁽²⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 2,0002 / CHF

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,50015 / CHF. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,0001 / CHF.

⁽³⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 2,4342 / EUR

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,8256 / EUR. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,2171 / EUR.

⁽⁴⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 2,9148 / GBP

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 2,1861 / GBP. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,4574 / GBP.

⁽⁵⁾ Fonte para o cenário provável: Taxa de câmbio informada pelo Banco Central em 30/12/2011 R\$ 1,8758 / US\$.

Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 1,4068 / US\$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 30/12/2011 de R\$ 0,9379 / US\$.

g. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Suzano é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	6.537.798	5.225.123	7.888.105	6.531.559
Debentures	855.600	624.836	855.600	624.836
(-) Caixa e equivalente de caixa	(3.089.769)	(3.484.168)	(3.273.938)	(3.735.438)
Dívida líquida	4.303.629	2.365.791	5.469.767	3.420.957
Patrimônio Líquido	9.673.549	8.640.671	9.673.549	8.640.671
Patrimônio Líquido e dívida líquida	13.977.178	11.006.462	15.143.316	12.061.628

27 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito era de R\$ 2.685.183, integralmente realizado e dividido em 408.892 mil ações, sem valor nominal, sendo 140.039 mil ações Ordinárias, nominativas; 266.926 mil ações Preferenciais classe “A” e 1.926 mil ações Preferenciais classe “B” ambas escriturais. São mantidas em tesouraria 10.940 mil ações, sendo 6.786 mil Ordinárias, 2.244 mil Preferenciais classe “A” e 1.909 mil Preferenciais classe “B”. Em 31 de dezembro de 2011, as ações Preferenciais SUZB5 encerraram o exercício cotadas a R\$ 6,74.

Em 29 de abril de 2011, a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovou proposta da Administração para pagamento de dividendos referentes ao resultado do exercício de 2010, no valor bruto de R\$ 13,1 milhões. Os valores foram pagos aos acionistas em 09 de maio de 2011.

Em 30 de abril de 2010, a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 412.229, absorvendo parte das reservas existentes em 31 de dezembro de 2009, sendo R\$ 303.506 referentes à reserva de incentivos fiscais e R\$ 108.723 referentes à reserva especial de ágio na incorporação.

Naquele momento também foi aprovada a emissão de novas ações da Companhia para os acionistas que constarem na base acionária na data da realização da Assembléia Geral Extraordinária que aprovar a matéria, na proporção de uma ação nova para cada grupo de quatro ações pré-existentes, de mesma espécie e classe,

consistindo na emissão de 78.620 mil novas ações, sendo 26.955 mil ações Ordinárias, 51.280 mil ações Preferenciais classe “A” e 385.220 mil ações Preferenciais classe “B”. As novas ações gozarão dos mesmos direitos políticos e econômicos que tenham as ações originais, inclusive o dividendo sobre os resultados de 2010. Os acionistas que resultarem em posição acionária de fração de ação, receberão ações do acionista controlador da Companhia, na forma de doação, de modo a atingir-se o número inteiro de ações imediatamente subsequente.

Em 1º de dezembro de 2010, data em que o BNDESPAR converteu debêntures da 4ª emissão em ações (Nota 18 item “b”), o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 218.524, mediante a emissão de 5.263 mil ações Ordinárias e 10.526 mil ações Preferenciais classe “A”, todas escriturais e sem valor nominal. Conforme contratado entre BNDESPAR e a Suzano Holding S.A., a totalidade das ações Ordinárias resultantes da conversão foi adquirida pela Suzano Holding S.A.

As ações Preferenciais classe “A” tem direito a dividendos por ação, pelo menos, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações Preferenciais classe “B” tem direito a dividendo prioritário de 6% a.a. sobre sua parte do capital social ou pelo menos 10% superiores aos atribuídos às ações Ordinárias. As ações Preferenciais não gozam do direito de voto, salvo quando previsto em lei.

a) Reserva de lucros

A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente dos lucros do exercício, após dividendos e reserva legal, e objetiva assegurar a Companhia adequadas condições operacionais.

A reserva estatutária especial acolhe os restantes 10% do saldo remanescente dos lucros do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos.

b) Pagamento de juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e na forma prevista no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, no montante bruto de R\$ 96.000, que sofreu retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$ 12.709, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$ 83.291, creditados em 29 de dezembro de 2011, a serem pagos em 15 de março de 2012.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	29.891	768.997
Constituição da reserva legal	(1.495)	(38.450)
Constituição de reserva de incentivos fiscais relativa à redução do imposto de renda - SUDENE	-	(30.067)
Base de cálculo dos dividendos	28.396	700.480
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	7.099	175.120
Juros sobre o Capital Próprio - JCP aprovados no exercício	96.000	207.577
Imposto de renda retido na fonte sobre o JCP, conforme Deliberação CVM 207/96	(12.709)	(31.137)
	83.291	176.440
Dividendos complementares propostos excedente ao mínimo obrigatório	-	13.113
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	96.000	220.690

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia registrou na rubrica de Outros Resultados Abrangentes as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009. A movimentação desta reserva ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS.

Com a transação de aquisição do acervo líquido do Conpacel mencionada na Nota 12 foi caracterizada como uma aquisição de controle em estágios, o CPC 15 (R1) itens 41 e 42 estabelece que se em períodos contábeis anteriores, o adquirente reconheceu ajustes no valor contábil de sua participação anterior, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em Ajustes de Avaliação Patrimonial) em seu patrimônio líquido, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida, ou seja, deve ser reclassificado no caso de custo atribuído, segundo o ICPC 10, para a rubrica Lucros Acumulados.

O montante de R\$ 760.386 foi transferido conforme acima para Lucros Acumulados e devido sua origem não ter produzido qualquer impacto na posição financeira da Companhia, a Administração resolve propor sua destinação integral para aumento de capital, o qual foi ratificado pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Esta proposta está sujeita a aprovação pelos acionistas em AGE.

d) Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2011			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas	9.385	20.505	1	29.891
Quantidade média ponderada de ações no período	140.040	266.926	1.926	408.892
Média ponderada das ações em tesouraria	(6.786)	(2.245)	(1.910)	(10.941)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	133.254	264.681	16	397.951
Lucro básico por ação	0,07043	0,07747	0,06250	

	31/12/2010			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas	241.347	527.616	34	768.997
Quantidade média ponderada de ações no período	128.477	244.457	1.830	374.764
Média ponderada das ações em tesouraria	(6.447)	(1.936)	(1.814)	(10.197)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	122.030	242.521	16	364.567
Lucro básico por ação	1,97777	2,17555	2,12500	

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia apresenta duas categorias de ações potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações por opção do titular e debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferências.

	31/12/2011			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas	9.385	20.505	1	29.891
Quantidade média ponderada de ações em circulação	133.254	264.681	16	397.951
Ajuste por opções de compra de ações e debêntures da 5ª emissão	24.559	48.649	-	73.208
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	157.813	313.330	16	471.159
Lucro diluído por ação	0,05947	0,06544	0,06250	

	31/12/2010			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas	241.347	527.616	34	768.997
Quantidade média ponderada de ações em circulação	122.030	242.521	16	364.567
Ajuste por opções de compra de ações	74	370	-	445
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	122.104	242.891	16	365.011
Lucro diluído por ação	1,97657	2,17223	2,12500	

28 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro na venda de outros produtos	10.269	5.869	24.573	15.559
Provisão para contingências	-	(9.678) (a)	-	(9.678)
Outras receitas (despesas)	10.002	(13.000)	(10.312)	6.160
Ganho com a redução do passivo atuarial	23.441	-	23.441	-
Lucro na venda de ativo imobilizado	17.843	284.640 (a)	20.445	284.591
Resultado na venda de investimentos	41.074 (b)	42	41.074	42
Custo do imobilizado baixado	(45.516)	-	(45.516)	-
Ganho sobre investimentos (Nota 12)	81.476	-	81.476	-
Ganho na alocação do preço pago (Nota 12)	39.062	-	39.062	-
Ganho na atualização do valor justo dos ativos biológicos	20.458	28.131	20.458	28.131
Lucros não realizados com controladas	(23.496)	-	-	-
Amortização do ativo intangível	(3.770)	-	(12.912)	-
Perda com precatório indenizatório	-	(986)	-	(986)
Total de Outras Despesas Operacionais	(72.782)	(23.664)	(68.740)	(10.664)
Total de Outras Receitas Operacionais	243.625	318.682	250.529	334.483
Outras receitas operacionais líquidas	170.843	295.018	181.789	323.819

(a) Montante substancialmente composto pela venda de terras e florestas em Minas Gerais e provisão para obrigações contratuais decorrentes desta operação.

(b) O montante refere-se a recursos recebidos pela alienação dos direitos aos créditos de correção monetária sobre empréstimos compulsórios de energia elétrica discutidos em Ações Judiciais contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás que encontram-se em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal, sem decisão final transitada em julgado.

29 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas de juros	(484.030)	(409.505)	(493.277)	(422.982)
Variações monetárias e cambiais passivas	(556.617)	87.398	(564.987)	104.776
Perdas em operações com derivativos - Taxa de juros	(26.971)	(42.404)	(17.931)	6.839
Perdas em operações com derivativos - Taxa de câmbio	(128.280)	(23.113)	(128.281)	(23.113)
Perdas em operações com derivativos - <i>Commodities</i>	-	-	(518)	(44.025)
Outras despesas financeiras	(72.420)	(70.254)	(94.887)	(87.096)
Total das despesas financeiras	(1.268.318)	(457.878)	(1.299.881)	(465.601)
Receitas de juros	268.589	227.575	268.910	227.880
Ganhos em operações com derivativos - Taxa de juros	11.538	(6.953)	9.641	(6.841)
Ganhos em operações com derivativos - Taxa de câmbio	123.802	55.099	123.802	55.099
Ganhos em operações com derivativos - <i>Commodities</i>	-	-	14.060	(27.423)
Variações monetárias e cambiais ativas	123.993	(51.504)	108.806	(56.781)
Total das receitas financeiras	527.922	224.217	525.219	191.934
Resultado financeiro líquido	(740.396)	(233.661)	(774.662)	(273.667)

30 Receita Líquida

Demonstramos a seguir a reconciliação da receita bruta e a receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta de vendas	5.468.104	4.843.702	5.576.401	5.123.253
Deduções				
Impostos sobre vendas	(673.465)	(571.179)	(679.974)	(571.179)
Devoluções e cancelamentos	(32.605)	(25.194)	(38.193)	(34.624)
Descontos e abatimentos	(10.246)	(2.602)	(10.246)	(3.567)
Receita Líquida	4.751.788	4.244.727	4.847.988	4.513.883

31 Informação por segmento

A Administração definiu como segmentos operacionais celulose e papel. As principais informações, por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são seguintes:

	31/12/2011				31/12/2010			
	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total	Celulose	Papel	Não Segmentado	Total
Receita líquida	2.012.936	2.835.052	-	4.847.988	2.018.293	2.495.590	-	4.513.883
Resultado financeiro líquido	-	-	(774.662)	(774.662)	-	-	(273.667)	(273.667)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	181.789	181.789	-	-	323.819	323.819
Resultado operacional	134.752	359.816	(592.873)	(98.305)	474.594	374.321	50.152	899.067
Total dos ativos	6.905.272	2.189.485	12.562.322	21.657.079	6.921.634	2.326.115	9.699.116	18.946.865

As áreas geográficas são determinadas baseadas na localização do mercado consumidor. As receitas líquidas da Companhia classificadas por área geográfica podem ser assim representadas:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Celulose	Papel	Total	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	2.012.936	2.835.052	4.847.988	2.018.293	2.495.590	4.513.883
Mercado Interno	390.695	1.857.700	2.248.395	354.836	1.559.970	1.914.806
Mercado Externo	1.622.241	977.352	2.599.593	1.663.457	935.620	2.599.077
Ásia	705.989	61.081	767.070	693.258	70.585	763.843
Europa	640.139	205.875	846.014	764.477	208.731	973.208
América do Norte	241.683	285.007	526.690	195.915	264.570	460.485
América do Sul e Central	34.430	422.285	456.715	9.807	387.657	397.464
África	-	3.104	3.104	-	4.077	4.077

32 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custos variáveis, fixos demais despesas comerciais e administrativas	3.094.034	2.533.367	3.171.326	2.626.007
Gastos com pessoal	533.338	501.033	552.238	513.113
Depreciação, exaustão e amortização	621.456	517.280	629.855	525.848
	4.248.828	3.551.680	4.353.419	3.664.968

33 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

34 Eventos Subsequentes

a) Parada não programada – Unidade Mucuri - BA

Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao Mercado em geral que realizou parada não programada na caldeira de recuperação da linha 2 na Unidade de Mucuri - BA ao longo do mês de janeiro. Após referida parada, os reparos foram realizados e a produção foi retomada.

A fábrica está operando normalmente à plena capacidade. A perda de produção total estimada é de 50 mil toneladas, ou seja, 2,6% da capacidade de produção anual da Companhia. Diversas medidas serão implementadas para buscar a recuperação parcial da produção ao longo do ano.